

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XXIV

Florianópolis, 5 de julho de 1957

NÚMERO 5.890

GOVERNO DO ESTADO

LEI N. 1.652, DE 28 DE JUNHO DE 1957

Autoriza a aquisição de uma área de terra, no município de Descanso

O Governador do Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Fica a Fazenda do Estado autorizada a adquirir, por doação, de Ludovico Wronski e sua esposa (ele, polonês, e ela, brasileira), os lotes de terrenos ns. 35-A, 36-A, 37-A, 38-A, 39-A, 40-A, 41-A e 42-A, situados no perímetro urbano da cidade de Descanso, com a área de 1.000m² (um mil metros quadrados) cada um, que perfazem a área de 8.000m² (oito mil metros quadrados), sem benfeitorias, e que se destinam à construção de um Grupo Escolar.

Parágrafo único — O conjunto dos oito lotes de terras, aos quais se refere este artigo, tem as seguintes confrontações: ao norte, uma rua com os lotes 44-A, 45-A, 46-A e 47-A; ao sul, uma rua com os lotes 24-A e 25-A; a leste, com a rua Floriano Peixoto, com os lotes 57-A, 58-A, 59-A, 60-A e 61-A; e a oeste, uma rua com os lotes 31-A, 32-A, 33-A e 34-A.

Art. 2º — A Fazenda do Estado será representada, no ato, pelo Promotor Público da comarca.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria da Fazenda assim a faça executar.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 28 de junho de 1957.

JORGE LACERDA

Hercílio Deeke

Aroldo Carneiro de Carvalho

Rubens Nazareno Neves

Pelágio Parigot de Souza

Mário Orestes Brusa

Paulo de Tarso da Luz Fontes

Publicada a presente lei na Secretaria da Fazenda, aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e sete.

Aroni Natividade da Costa, Auxiliar de Secretaria, em exercício.

LEI N. 1.653, DE 28 DE JUNHO DE 1957

Autoriza a adquirir uma área de terra no município de Rio do Sul

O Governador do Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Fica a Fazenda do Estado autorizada a receber, por doação do senhor Germano Nau e sua mulher, um terreno com a área de dois mil seiscentos e setenta e quatro metros e vinte e um decímetros quadrados (2.674,21m²), situado em Taboão, município de Rio do Sul, para nele ser construído um Grupo Escolar.

Parágrafo único — O terreno, a que se refere este artigo, tem as seguintes confrontações: frente, com a estrada geral, medindo 50 metros; fundos e lados direito e esquerdo, medindo, respectivamente, 37,10 metros, 36,20 metros e 54,30 metros, com terrenos dos doadores.

Art. 2º — A Fazenda do Estado será representada, no ato, pelo Promotor Público da comarca.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria da Fazenda assim a faça executar.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 28 de junho de 1957.

JORGE LACERDA

Hercílio Deeke

Aroldo Carneiro de Carvalho

Rubens Nazareno Neves

Pelágio Parigot de Souza

Mário Orestes Brusa

Paulo de Tarso da Luz Fontes

Publicada a presente lei na Secretaria da Fazenda, aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e sete.

Aroni Natividade da Costa, Auxiliar de Secretaria, em exercício.

LEI N. 1.654, DE 28 DE JUNHO DE 1957

Autoriza a aquisição de uma área de terras, no município de Araranguá

O Governador do Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Fica a Fazenda do Estado autorizada a adquirir, por doação, da Prefeitura de Araranguá, um terreno de 10.000m² (dez mil metros quadrados), situado no local conhecido por "Cidade Alta", com as seguintes medidas e confrontações: frente, onde mede 100 metros, com a rua projetada para o campo de aviação; lado direito, onde mede 100 metros, com as seguintes confrontantes:

20 metros, com Francelino Guimarães;

40 metros, com Nascimento Procópio Nunes;

20 metros, com Procópio Nunes; e os últimos 20 metros, com Manuel Zeferino Souza; lado esquerdo, onde mede 100 metros, com o confrontante Cesário Cebien; fundos, onde mede 100 metros, com o confrontante Manoel Alves Oriques.

Art. 2º — A Fazenda do Estado será representada, no ato, pelo Promotor Público da comarca.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

A Secretaria da Fazenda assim a faça executar.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 28 de junho de 1957.

JORGE LACERDA

Hercílio Deeke

Aroldo Carneiro de Carvalho

Rubens Nazareno Neves

Pelágio Parigot de Souza

Mário Orestes Brusa

Paulo de Tarso da Luz Fontes

Publicada a presente lei na Secretaria da Fazenda, aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e sete.

Aroni Natividade da Costa, Auxiliar de Secretaria, em exercício.

LEI N. 1.655, DE 28 DE JUNHO DE 1957

Autoriza a aquisição de dois lotes de terrenos, no município de Imarui

O Governador do Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Fica a Fazenda do Estado autorizada a adquirir, por doação, os terrenos descritos na presente lei, com a área total de 7.766,00m², situados na localidade de Vargem do Cedro, município de Imarui, sendo:

I — Um terreno com a área de 4.158,00m², pertencente a Nivardis Effting, com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, onde mede 110,00m, com terras de Maria Berkembrock; ao sul, onde mede 110 metros, com terras do doador; a leste, onde mede 37,80m, com terras do doador; e ao oeste, onde mede 37,80m, com a estrada de rodagem municipal.

II — Um terreno com a área de 3.608,00m², pertencente a Maria Berkembrock, com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, onde mede 110,00m², com terras da doadora; ao sul, onde mede 110,00m, com terras de Nivardis Effting; a leste, onde mede 32,80m, com terras da doadora; e ao oeste, onde mede 32,80m, com a estrada de rodagem municipal.

Art. 2º — A Fazenda do Estado será representada, no ato, pelo Promotor Público da comarca.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria da Fazenda assim a faça executar.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 28 de junho de 1957.

JORGE LACERDA

Hercílio Deeke

Aroldo Carneiro de Carvalho

Rubens Nazareno Neves

Pelágio Parigot de Souza

Mário Orestes Brusa

Paulo de Tarso da Luz Fontes

Publicada a presente lei na Secretaria da Fazenda, aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e sete.

Aroni Natividade da Costa, Auxiliar de Secretaria, em exercício.

LEI N. 1.657, DE 28 DE JUNHO DE 1957

Autoriza a adquirir uma área de terras no município de Joaçaba

O Governador do Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Fica a Fazenda do Estado autorizada a receber, por doação, do senhor Valeriano Riedi e sua mulher, um terreno com a área de três mil cento e dezoito metros quadrados (3.118m²), situado em São Roque, município de Joaçaba, para nele ser construída uma Escola Rural.

Parágrafo único — O terreno, a que se refere este artigo, tem as seguintes confrontações: frente de 30,00m para a estrada geral; lado direito, com 112,40m, e fundos, com 29,00m, com terrenos dos doadores; e lado esquerdo, com 102,70m, com terrenos da Mitra Diocesana de Lajes.

Art. 2º — A Fazenda do Estado será representada, no ato, pelo Promotor Público da comarca.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria da Fazenda assim a faça executar.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 28 de junho de 1957.

JORGE LACERDA

Hercílio Deeke

Aroldo Carneiro de Carvalho

Rubens Nazareno Neves

Pelágio Parigot de Souza

Mário Orestes Brusa

Paulo de Tarso da Luz Fontes

As assinaturas do "DIARIO OFICIAL" poderão ser tomadas em qualquer época, sempre pelo prazo de um ano, observada a seguinte tabela:

Particulares Cr\$ 150,00
Funcionários Cr\$ 120,00

Para facilitar aos senhores assinantes, vai impressa junto ao encêrço a data do término da assinatura, que será suspensa tão logo esteja vencida.

Pede-se o obsequio de renová-la com antecedência de 30 dias.

Serão aceitos para publicação somente originais dactilografados de um só lado do papel e autenticados, ressaltados, por quem de direito, as

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO

DIARIO OFICIAL

DIRETOR
PAULO HENRIQUE BLASI

Rua Jerônimo Coelho, n. 15 — Cx. Postal 128
Telefones: Diretor — 3079. Portaria — 2358

telegramas, somente sendo levado a publicação, após haver a Tesouraria recebido a importância relativa.

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, em casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Secção de Redação, no máximo, até cinco dias depois da saída do jornal.

As Repartições Públicas deverão providenciar para que a matéria destinada à publicidade seja entregue com um dia de antecedência.

Publicada a presente lei na Secretaria da Fazenda, aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e sete.

Aroni Natividade da Costa, Auxiliar de Secretaria, em exercício.

LEI N. 1.659, DE 28 DE JUNHO DE 1957

Autoriza abertura de crédito especial

O Governador do Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléa Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Elica o Poder Executivo autorizado a abrir, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, o crédito especial de dois milhões quatrocentos e cinquenta e sete mil duzentos e nove cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 2.457.209,10), que se destina ao pagamento das cotas devidas aos funcionários subordinados à Secretaria da Fazenda, em razão do excesso de arrecadação, verificado no exercício de 1956.

Art. 2º — Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria da Fazenda assim a faça executar.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 28 de junho de 1957.

JORGE LACERDA
Hercílio Deke
Aroldo Carneiro de Carvalho
Rubens Nazareno Neves
Pelágio Parigot de Souza
Mário Orestes Brusa
Paulo de Tarso da Luz Fontes

Publicada a presente lei na Secretaria da Fazenda, aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e sete.

Aroni Natividade da Costa, Auxiliar de Secretaria, em exercício.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto de 29 de maio de 1957

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder aposentadoria:

De acordo com o art. 239, item III, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

A Silvino Russi, no cargo da classe B-7 da carreira extinta de Artífice, do Quadro do Poder Executivo, lotado na Penitenciária do Estado, com os proventos mensais de Cr\$ 3.811,00, incluído o adicional de 3%.

Decreto de 19 de junho de 1957

O GOVERNADOR RESOLVE

Nomear:

Ernani Luchi, Farmacêutico, para exercer, interinamente, o cargo de Laboratorista, classe A-13, do Laboratório Central do Departamento de Saúde Pública, vago com a exoneração do Laboratorista Miguel Cris-takis.

Portaria de 24 de abril de 1957

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder:

De acordo com o disposto no art. 119, n. IV, combinado com o art. 139, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

A vista do atestado médico, licença por quatro (4) meses, com vencimento, a Leda Maria da Costa Luz, Estatístico-Auxiliar A-6, do Departamento Estadual de Estatística, a partir de 7 de abril de 1957.

Portaria de 29 de maio de 1957

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder licença em prorrogação:

De acordo com o art. 134, combinado com o art. 124, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

A João Tabalipa, ocupante do cargo da classe C-16 da carreira de Co-

letor, do Quadro do Poder Executivo, de 6 meses, com vencimento integral, a contar de 6-11-1956.

Portaria de 1º de junho de 1957

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder a pedido:

De acordo com o art. 119 n. 1, combinado com os arts. 121, n. 1 e 125, da lei n. 198, de 18-12-54:

A vista do termo de inspeção anexo, sessenta (60) dias de licença, em prorrogação, a Idalmira Maria da Silva Garcia, Operador VIII, do Departamento Estadual de Estatística, a partir de 20 de maio do ano em curso.

Portaria de 13 de junho de 1957

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder licença em prorrogação:

De acordo com o art. 124, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

A Adolfo Bunn Júnior, ocupante interino do cargo da classe A-9 da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Tesouro do Estado, de 40 dias, a contar de 27-5-57.

Portaria de 17 de junho de 1957

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder:

De acordo com o disposto no art. 119, n. IV, combinado com o art. 139, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

A vista do atestado médico, quatro meses de licença, a partir de 1º do corrente mês, a Zenaida Brito Ferreira, Dactilógrafa VII, do Departamento Estadual de Estatística.

DIARIO OFICIAL

Aviso aos srs. assinantes

A fim de evitar reclamações sem procedência, quanto ao não recebimento de exemplares deste órgão, solicitamos aos srs. assinantes o obsequio de conferir o jornal pela sua numeração e não pela data, como vêm fazendo alguns.

Portaria de 19 de junho de 1957

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder licença em prorrogação:

De acordo com o art. 131 e 137, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

A Frederico Schwanke Júnior, ocupante do cargo de Coletor, do Quadro do Poder Executivo, com exercício na Coletoria Estadual de Taíó, de 60 dias, a contar de 20 de abril de 1957.

Portaria de 4 de julho de 1957

O GOVERNADOR RESOLVE

Designar:

Os srs. Jorge Anastácio Kotzias e Orlando Borges Schroeder, para semônus, representarem o Estado no XIV Congresso Brasileiro de Cardiologia e V Congresso Brasileiro de Angiologia, a se realizarem de 7 a 13 de julho, no Rio de Janeiro.

DEPARTAMENTOS AUTÔNOMOS

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

Portaria de 27 de junho de 1957

O DIRETOR-GERAL RESOLVE

Conceder a pedido:

De acordo com o disposto no art. 119, n. 1, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

A vista do atestado médico, trinta (30) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 14 do mês em curso, a Lígia da Silva d'Ávila, Perfurador-Conferidor, deste Departamento.

SECRETARIAS DE ESTADO

INTERIOR E JUSTIÇA

Requerimentos despachados

4 DE JULHO

Gráfica 43 S. A. Indústria e Comércio — Pague-se a quantia de Cr\$ 1.240,00.

Celso Furtado — Pague-se a quantia de Cr\$ 3.020,00.

Túlio Pinto da Luz — Pague-se a quantia de Cr\$ 30.000,00.

Manoel Barbosa de Lacerda — Pague-se a quantia de Cr\$ 1.999,80.

Arnaldo Luz — Pague-se a quantia de Cr\$ 148.858,00.

Zaires Silvio Schlemper — Pague-se a quantia de Cr\$ 4.000,00.

Paulino Pedri — Pague-se a quantia de Cr\$ 4.000,00.

João Thomaz Marcondes de Mastro — Pague-se a quantia de Cr\$ 26.666,80.

Carlos Ternes — Pague-se a quantia de Cr\$ 13.548,30.

Empresa de Eletricidade Alexandre Schlemm S. A. União — Pague-se a quantia de Cr\$ 254,00.

Dr. Marçílio João da Silva Medeiros — Pague-se a quantia de Cr\$ 6.122,00.

Banco Ind. e Com. de Santa Catarina — Pague-se a quantia de Cr\$ 4.610,00.

Companhia Laminadora Catarinense Ind. e Com. de Madeiras — Pague-se a quantia de Cr\$ 3.500,00.

Arnoldo Pletz — Pague-se a quantia de Cr\$ 4.666,00.

Joaquim Fernando Silva — Pague-se a quantia de Cr\$ 4.576,00.

Remington Rand do Brasil S. A. — Pague-se a quantia de Cr\$ 400,00.

Gráfica 43 S. A. Indústria e Comércio — Pague-se a quantia de Cr\$ 8.843,60.

Banco do Brasil S. A. — Pague-se a quantia de Cr\$ 2.371,20.

Gráfica 43 S. A. Indústria e Comércio — Pague-se a quantia de Cr\$ 1.677,00.

Irmãos Souza — Pague-se a quantia de Cr\$ 7.717,50.

Meyer & Cia. — Pague-se a quantia de Cr\$ 3.386,00.

Rodolpho Fernandes Neves — Pague-se a quantia de Cr\$ 6.479,00.

Nair Lobo Haberbeck — Pague-se a quantia de Cr\$ 12.000,00.

Arlindo Isaac da Costa — Pague-se a quantia de Cr\$ 137.565,00.

Gráfica 43 S. A. Indústria e Comércio — Pague-se a quantia de Cr\$ 3.797,00.

Joaquim Fernando da Silva — Pague-se a quantia de Cr\$ 1.848,00.

Arnaldo Luz — Pague-se a quantia de Cr\$ 124.497,00.

Companhia Laminadora Catarinense Ind. e Com. de Madeiras — Pague-se a quantia de Cr\$ 7.187,00.

Carlos Hoepcke S. A. — Pague-se a quantia de Cr\$ 2.247,00.

Jacques Schweidson — Pague-se a quantia de Cr\$ 3.860,00.

Julietta Fluzza Vieira — Pague-se a quantia de Cr\$ 7.530,00.

João Jorge Mussi — Pague-se a quantia de Cr\$ 74.935,00.

Banco Nacional do Comércio S. A. — Pague-se a quantia de Cr\$ 3.364,00.

Ulysséa Gentil & Cia. Ltda. — Pague-se a quantia de Cr\$ 3.301,00.

R. Schnorr — Pague-se a quantia de Cr\$ 63.420,00.

União Mecânica — Pague-se a quantia de Cr\$ 10.617,00.

EDUCAÇÃO E CULTURA

APOSTILAS

No título de Erotides Paes Pereira, ocupante do cargo de Re-

gente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, foi feita a seguinte: "O cargo a que se refere o presente título, passará a pertencer, de acordo com a lei 1.629, de 22 de dezembro de 1956, ao padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo. Secretaria da Educação e Cultura, em Florianópolis. 3 de junho de 1957. Rubens Nazareno Neves, Secretário."

No título de Irmã Eva Michalak, ocupante do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, foi proferida a seguinte: "O cargo a que se refere o presente título, passará a pertencer, de acordo com a lei 1.629, de 22 de dezembro de 1956, ao padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo. Secretaria da Educação e Cultura, em Florianópolis. 29 de maio de 1957. Rubens Nazareno Neves, Secretário."

No título de Edília Teresinha Clezar, ocupante do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, foi proferida a seguinte: "O cargo a que se refere o presente título, passará a pertencer, de acordo com a lei 1.629, de 22 de dezembro de 1956, ao padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo. Secretaria da Educação e Cultura, em Florianópolis. 27 de maio de 1957. Rubens Nazareno Neves, Secretário."

No título de Elza Sampaio dos Reis, ocupante do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, foi feita a seguinte: "O cargo a que se refere o presente título, passará a pertencer, de acordo com a lei 1.629, de 22 de dezembro de 1956, ao padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo. Secretaria da Educação e Cultura, em Florianópolis. 29 de maio de 1957. Rubens Nazareno Neves, Secretário."

No título de Eodora Maria Lopes da Costa, ocupante do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, foi proferida a seguinte: "O cargo a que se refere o presente título, passará a pertencer, de acordo com a lei 1.629, de 22 de dezembro de 1956, ao padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo. Secretaria da Educação e Cultura, em Florianópolis. 28 de maio de 1957. Rubens Nazareno Neves, Secretário."

No título de Eulália Rovaris Machado, ocupante do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, foi proferida a seguinte: "O cargo a que se refere o presente título, passará a pertencer, de acordo com a lei 1.629, de 22 de dezembro de 1956, ao padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo. Secretaria da Educação e Cultura, em Florianópolis. 27 de maio de 1957. Rubens Nazareno Neves, Secretário."

No título de Eli Nunes Daltoé, ocupante do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, foi proferida a seguinte: "O cargo a que se refere o presente título, passará a pertencer, de acordo com a lei 1.629, de 22 de dezembro de 1956, ao padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo. Secretaria da Educação e Cultura, em Florianópolis. 28 de maio de 1957. Rubens Nazareno Neves, Secretário."

No título de Elza Tamanini, ocupante do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, foi proferida a seguinte: "O cargo a que se refere o presente título, passará a pertencer, de acordo com a lei 1.629, de 22 de dezembro de 1956, ao padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo. Secretaria da Educação e Cultura, em Florianópolis. 28 de maio de 1957. Rubens Nazareno Neves, Secretário."

No título de Ana Rocha de Sou-

za, ocupante do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, foi proferida a seguinte: "O cargo a que se refere o presente título, passará a pertencer, de acordo com a lei 1.629, de 22 de dezembro de 1956, ao padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo. Secretaria da Educação e Cultura, em Florianópolis. 3 de junho de 1957. Rubens Nazareno Neves, Secretário."

No título de Ana Julita Viana Gonçalves, ocupante do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, foi proferida a seguinte: "O cargo a que se refere o presente título, passará a pertencer, de acordo com a lei 1.629, de 22 de dezembro de 1956, ao padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo. Secretaria da Educação e Cultura, em Florianópolis. 3 de junho de 1957. Rubens Nazareno Neves, Secretário."

No título de Adília Deghenhart Dalazem, ocupante do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, foi proferida a seguinte: "O cargo a que se refere o presente título, passará a pertencer, de acordo com a lei 1.629, de 22 de dezembro de 1956, ao padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo. Secretaria da Educação e Cultura, em Florianópolis. 3 de junho de 1957. Rubens Nazareno Neves, Secretário."

SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

AROSTILAS

No título de Hilda Teichmann, ocupante do cargo de Atendente, classe H, foi proferida a seguinte: "O cargo a que se refere o presente título, passará a pertencer, de acordo com a lei 1.629, de 22 de dezembro de 1956, à classe B-6, do Quadro do Poder Executivo. Secretaria da Saúde e Assistência Social, em Florianópolis. 21 de junho de 1957. Paulo Tarso da Luz Fontes, Secretário."

No título de Sílvia de Carvalho Schossland, ocupante da função de Enfermeiro Visitador, classe J, foi proferida a seguinte: "O cargo a que se refere o presente título, passará a pertencer, de acordo com a lei 1.629, de 22 de dezembro de 1956, à classe C-7 da carreira de Visitador Sanitário, do Quadro do Poder Executivo. Secretaria da Saúde e Assistência Social, em Florianópolis. 21 de junho de 1957. Paulo Tarso da Luz Fontes, Secretário."

No título de Waldemar Ferreira, ocupante do cargo da classe U da carreira de Puericultor, do Quadro Único do Estado, foi proferida a seguinte: "O cargo a que se refere o presente título, passará a pertencer, de acordo com a lei 1.629, de 22 de dezembro de 1956, à classe B-24 da carreira de Médico Puericultor, do Quadro do Poder Executivo. Secretaria da Saúde e Assistência Social, em Florianópolis. 21 de junho de 1957. Paulo Tarso da Luz Fontes, Secretário."

No título de Pedro Advincula Torres de Miranda, ocupante do cargo da classe J da carreira de Médico, do Quadro Único do Estado, foi proferida a seguinte: "O cargo a que se refere o presente título, passará a pertencer, de acordo com a lei 1.629, de 22 de dezembro de 1956, à classe C-23 da carreira de Médico, do Quadro do Poder Executivo. Secretaria da Saúde e Assistência Social, em Florianópolis. 2 de maio de 1957. Paulo Miranda da Luz Fontes, Secretário."

NOTICIÁRIO

AGRADECE O EMBAIXADOR WERNER DANKWORT

O Embaixador da República Federal Alemã, dr. Werner Dankwort, enviou ao Governador Jorge Lacerda o seguinte telegrama de agradecimento:

"Durante a minha visita ao Estado de Santa Catarina fui alvo de tão grandes atenções que tomo a liberdade de apresentar a v. excia. os meus agradecimentos mais sinceros pela acolhida calorosa. Minha esposa e eu guardaremos a visita a bela Capital de Santa Catarina em grata memória. Peço estender a sua exma. senhora as expressões de nossa mais profunda gratidão. Com alta consideração e sinceros cumprimentos — Werner Dankwort, Embaixador da Alemanha".

GOVERNADOR RECEBE CONGRATULAÇÕES PELA CONSTITUIÇÃO DA "SOTELCA"

O Chefe do Governo recebeu do deputado Paulo Preis o seguinte telegrama:

"Ausente desta Capital quero congratular-me com Estado Santa Catarina pela Usina Termelétrica do Capivari".

Do sr. Oldemar Magalhães, o Governador recebeu telegrama nos seguintes termos:

"Constituição SOTELCA representa idealismo trabalho v. excia. pelo bem do Brasil. Oldemar Magalhães".

AINDA A RECEPÇÃO AO GOVERNADOR NA CIDADE DE LAJES

O Chefe do Executivo recebeu do engenheiro Oscar Ramos telegrama redigido nos seguintes termos:

"De Porto Alegre — Excepcional recepção Lajes constituiu verdadeira consagração governante uma das mais altas expressões cultura Brasil. Minhas calorosas felicitações. Oscar Ramos".

O GOVERNO DO ESTADO E O "IBGE"

O sr. Jurandir Pires Ferreira presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, comunicou ao Governador Jorge Lacerda que, por proposta do dr. Romeu Jacob, delegado de Minas Gerais à décima sétima assembleia geral do Conselho Nacional de Estatística, foi aprovado

um voto de regozijo e agradecimento pelo apoio que o Governo de Santa Catarina vem dando à Estatística do Brasil.

MELHORAMENTOS PARA O MUNICÍPIO DE TAIO

O sr. Walter Schmitz, Prefeito de Taio, manifestou que o Governo do Estado vai auxiliar a construção da ponte sobre o rio d'Oeste, no local Kindel, na sede do município.

Disse o Prefeito de Taio que o Governador Jorge Lacerda já destinou uma contribuição do Estado para a obra em questão.

O Governo do Estado, procederá também o levantamento topográfico para a construção da estrada Taio-Santa Cecília, de inegável importância para o desenvolvimento da região, uma vez que liga o município de Taio com o de Curitiba.

A FEDERAÇÃO AQUÁTICA DE SANTA CATARINA AGRADECE AUXÍLIO

O sr. Ary Pereira Oliveira, presidente da Federação Aquática de Santa Catarina acaba de endereçar ao Governador Jorge Lacerda o seguinte ofício:

"Temos a grata satisfação de manifestar a v. excia. os nossos melhores agradecimentos pelo auxílio financeiro que houve por bem conceder a esta entidade, para a realização da Regata Marinha Nacional, sem o qual estaria comprometido o êxito desse importante certame esportivo estadual.

O gesto de v. excia. bem traduz o seu apreço pelo esporte, notadamente por aquele que, graças ao esforço de seus dirigentes e praticantes, vem conseguindo projetar Santa Catarina no cenário esportivo nacional.

Pela Federação Aquática de Santa Catarina — Ary Pereira Oliveira, presidente.

O GOVERNADOR RECEBE AGRADECIMENTO DE ESTUDANTES

Em ofício endereçado ao Governador do Estado, a União Catarinense de Estudantes Secundários, agradeceu, em nome da União Estudantil Brusquense, a instalação, na cidade de Brusque de um grupo escolar, bem como do curso científico noturno.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

Edital

Torno público, em cumprimento ao despacho exarado, em data de ontem, pelo senhor diretor, na petição da parte interessada haver o prático de farmácia habilitado Walter Tolentino de Souza, requerido licença para se estabelecer, com farmácia na localidade de Piçarras, distrito de Penha, no município de Itajaí, nos termos da lei federal n. 1.472, de 22 de novembro de 1957.

Se dentro do prazo de quinze (15) dias após a publicação deste edital, por oito (8) vezes consecutivas, não se apresentar profissional diplomado que queira abrir farmácia naquela localidade será deferido o pedido do requerente. Florianópolis, 25 de novembro de 1956.

Luiz Osvaldo d'Acampora, inspetor de Farmácia. (8-6)

Edital

De ordem do senhor diretor, faço público que se acham abertas, até 31 do corrente mês, as inscrições para o exame de habilitação de prático de farmácia, nos termos do artigo 40, parágrafo único, do decreto federal n. 20.377, de 8 de setembro de 1931, combinado com o decreto-lei n. 3.345, de 10 de dezembro de 1945, e na conformidade com as instruções baixadas pela portaria n. 11, de 6 de fevereiro de 1952, do senhor diretor-geral do Departamento Nacional de Saúde.

O requerimento de inscrição deverá ser instruído com os seguintes documentos, devidamente autenticados:

a) prova de ter mais de doze anos de idade;

b) atestado de imunização anti-variolica;

c) atestado de que não sofre de doença infecto-contagiosa ou mental, nem apresenta defeito físico incompatível com o exercício da profissão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO N. 30

Estabelece o concurso para o ante-projeto do Palácio Legislativo e concede prêmios

Art. 1º — Fica aberto o concurso para a apresentação de ante-projetos da construção do novo Palácio Legislativo, ao qual poderão concorrer, desde que legalmente habilitados, engenheiros e arquitetos nacionais, individualmente ou em equipe, ou firmas de engenharia, devidamente legalizada.

Parágrafo único — É permitido ao participante do concurso concorrer com mais de um ante-projeto.

Art. 2º — A Diretoria Geral desta Assembleia publicará editais no órgão oficial, divulgando pelo rádio e jornais a realização do concurso e fornecendo às partes interessadas cópia de planta do terreno, programa do edifício a construir e normas de apresentação dos trabalhos.

Art. 3º — Os ante-projetos deverão ser apresentados ao sr. presidente da Assembleia Legislativa até às 18 horas do dia 16 de setembro do corrente ano.

Art. 4º — Fica constituída uma Comissão Julgadora presidida pelo sr. presidente da Assembleia Legislativa e dos srs. Deputados que integram a Comissão Executiva da Casa (1º e 2º secretários), do engenheiro diretor de Obras Públicas do Estado, do presidente da Associação Catarinense de Engenheiros, de dois Arquitetos de reconhecida capacidade, estranhos ao concurso, de livre nomeação do sr. presidente.

Art. 5º — Os resultados do julgamento serão proclamados até o dia 1º de outubro do corrente ano, providenciando a Assembleia Legislativa a exposição dos melhores trabalhos apresentados.

Art. 6º — Aos vencedores do concurso serão concedidos os seguintes prêmios:

ao 1º colocado: Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros).

ao 2º colocado: Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros).

ao 3º colocado: Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros).

Parágrafo único — A Comissão Julgadora não é obrigada a classificar os três melhores trabalhos e, consequentemente, designar concorrentes que devam ser premiados se, a seu juízo, não houver trabalhos merecedores de todos ou de alguns dos prêmios estipulados.

Art. 7º — O sr. presidente da Assembleia Legislativa poderá "ad-re-

ferendum" do Plenário, contratar com a firma ou profissional vencedor do concurso, que terá direito de preferência, a elaboração do projeto definitivo e completo para a construção do Palácio Legislativo.

Art. 8º — O trabalho que obtiver o primeiro lugar passará, após o pagamento do prêmio estipulado, a ser de propriedade da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 9º — As despesas decorrentes desta resolução correrão à conta de dotação do Poder Legislativo, Código Local 02-2-069, do orçamento vigente.

Art. 10 — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 18 de junho de 1957.

Ruy Hülse, presidente.

Volney Colaço de Oliveira, 1º secretário.

Estanislau Romanowski, 2º secretário.

EDITAL

Concurso de ante-projeto para o novo edifício.

De acordo com o disposto na Resolução n. 30, de 18 de junho de 1957, é instituído o presente concurso público de ante-projetos para o edifício-sede da Assembleia Legislativa, o qual obedecerá às seguintes condições:

1. — Somente poderão participar do concurso, desde que legalmente habilitados, engenheiros e arquitetos nacionais, individualmente ou em equipe ou firmas de engenharia devidamente legalizadas.

2. — As inscrições estarão abertas na Diretoria Geral da Assembleia Legislativa recebendo os concorrentes, após a exibição dos documentos que provem acharem-se habilitados nos termos do item 1.º seguinte:

2.1 — Planta do terreno, na escala 1:200;

2.2 — Programa do edifício a construir;

2.3 — Normas de apresentação do trabalho;

2.4 — Os concorrentes domiciliados fora desta Capital poderão inscrever-se por intermédio de representantes ou procuradores devidamente habilitados.

3. — Os concorrentes terão o prazo improrrogável até as dezesseis (16) horas do dia dezesseis de setembro de mil novecentos e cinquenta e sete (16-9-1957) para apresentação, na Diretoria Geral da Assembleia Legislativa, dos seguintes trabalhos:

3.1 — Plantas de cada pavimento e de cobertura na escala de 1:100, desenhadas com todos os seus elementos, inclusive marcação provável dos elementos estruturais;

3.2 — Cortes longitudinais e transversais na escala de 1:100 em número suficiente à compreensão do projeto e com indicação dos elementos estruturais;

3.3 — Duas (2) perspectivas de exterior, sendo uma (1) para a Praça Pereira e Oliveira e outra para a rua Marechal Guilherme;

3.4 — Duas (2) perspectivas de interior, sendo uma (1) do Plenário e outra de livre escolha do concorrente.

4. — O estilo a ser adotado para o prédio deve ser de preferência, contemporâneo.

5. — Na elaboração e execução dos trabalhos deverão ser observadas as seguintes exigências:

5.1 — Todos os desenhos, excetuadas as perspectivas, deverão ser a nanquim, em papel vegetal e apresentados em cópia ozalid, fundo branco em traço preto ou azul escuro;

5.2 — As perspectivas serão de livre execução;

5.3 — Todos os trabalhos, inclusive as perspectivas, serão apresentados em painel de madeira compensada, medindo 1,20 m. por 0,80 m.

5.4 — As pranchas poderão conter mais de um elemento de trabalho e sempre que se fizer necessário será permitido a apresentação de pequenos croquis, cortes, perspectivas ou gráficos nos desenhos das plantas, cortes e fachadas como complemento às soluções apresentadas. Nos gráficos, sobretudo nos de circulação, poder-se-ão empregar cores para a melhor compreensão.

6. — O concorrente apresentará memorial justificativo do seu trabalho, de preferência dactilografado, podendo o memorial conter pequenos desenhos, croquis, contribuindo para o melhor esclarecimento do ante-projeto.

7. — Nenhum concorrente poderá apresentar variante de um mesmo ante-projeto, porém poderá concorrer com mais de um ante-projeto.

8. — A Comissão Julgadora será constituída pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado, dos senhores deputados 1º e 2º secretários da Mesa, do engenheiro-diretor de Obras Públicas e do presidente da Associação Catarinense de Engenheiros e de dois (2) arquitetos de reconhecida capacidade, estranhos ao concurso;

8.1 — A Comissão será presidida pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado que só terá voto de desempate;

8.2 — O "veredictum" da Comissão Julgadora deverá ser proferido até o dia primeiro de outubro do corrente ano (1º-10-1957).

9. — Aos trabalhos classificados se distribuirão os seguintes prêmios:

9.1 — Ao concorrente classificado em primeiro lugar caberá o prêmio de cento e vinte mil cruzeiros (Cr\$ 120.000,00), cabendo-lhe, oportunamente, o direito de preferência no contrato do projeto definitivo e completo para a construção do Palácio do Poder Legislativo;

9.2 — Ao segundo classificado caberá o prêmio de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00);

9.3 — Ao terceiro classificado caberá o prêmio de trinta mil cruzeiros (Cr\$ 30.000,00).

10. — A Comissão Julgadora não é obrigada a classificar os três melhores trabalhos e, consequentemente, designar concorrentes que devam ser premiados se, a seu juízo, não houver trabalhos merecedores de todos ou de alguns dos prêmios estipulados.

11. — O trabalho que obtiver o primeiro lugar passará, após o pagamento do prêmio estipulado, a ser de propriedade da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

12. — A Assembleia Legislativa promoverá a exposição pública dos melhores trabalhos apresentados, divulgando pela imprensa a sua realização.

13. — Os trabalhos, excetuado o classificado em primeiro lugar, deverão ser retirados pelos respectivos concorrentes quinze (15) dias após o encerramento da exposição, ficando a Assembleia Legislativa isenta de qualquer responsabilidade pelos trabalhos não reclamados dentro desse prazo.

14. — Para quaisquer esclarecimentos ou dúvidas que surjam do presente edital os interessados dirigir-se-ão, por escrito, ao diretor-geral da Assembleia Legislativa e receberão resposta escrita, que será comunicada a todos os inscritos no concurso.

15. — Os serviços da secretaria do concurso serão desempenhados por funcionários da Assembleia Legislativa, designados pelo presidente da Comissão Julgadora.

Palácio da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 1º de julho de 1957.

Hermes Guedes da Fonseca, diretor-geral.

(15-4)

expedido por órgão de Saúde Pública;

d) carteira de identidade;

e) atestado de bom comportamento, expedido no local de residência do candidato;

f) prova de que tem situação de permanência legalizada, tratando-se de estrangeiro;

g) atestado de ter pelo menos dois anos de prática em farmácia, dado pelo farmacêutico do estabelecimento em que trabalha.

Qualquer esclarecimento, os interessados deverão obtê-lo na Secretaria deste Departamento, entre 9 e 12 e 14 às 17 horas. Aos sábados somente entre 9 e 12 horas.

Florianópolis, 1º de julho de 1957.

Ari Ramos Castro, secretário do Diretor.

(10-3)

(6032)

FAZENDA

Portaria de 3 de julho de 1957

O SECRETARIO RESOLVE

Alterar:

A escala de férias desta Secretaria, aprovada pela portaria n. 60, de ju-

nho último, na parte a que se refere a funcionária Dulcéa da Silva Velloso, Encarregada de Serviço, referência XVI, de julho para novembro deste ano.

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA FAZENDA

Portaria de 25 de junho de 1957

O DIRETOR RESOLVE

Conceder licença:

De acordo com o art. 131, combinado com o art. 137, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

A Izidoro Reinoldo Kretzer, ocupante da função de Guarda-Fiscal, referência X, com exercício no Posto de Fiscalização de Três Barras, de 30 dias, a contar de 27-3-1957.

Portarias de 2 de julho de 1957

O DIRETOR RESOLVE

Alterar:

A escala de férias dos funcionários do Serviço de Fiscalização da Fazenda, na parte que se refere a Nilcéa da Silva Velloso, Auxiliar de Escritó-

rio, marcando as mesmas para o mês de dezembro, do corrente exercício, a ter início a primeiro deste mês.

A escala de férias dos funcionários do Serviço de Fiscalização da Fazenda, na parte que se refere a Lauvir Luiz Lacerda Barcelos, Inspetor de Postos Fiscais, marcando as mesmas para o mês de agosto, do corrente exercício, a ter início a primeiro deste mês.

A escala de férias dos funcionários do Serviço de Fiscalização da Fazenda, na parte que se refere a Walmy Lueneberg, Fiscal da Fazenda, marcando as mesmas para o mês de novembro, do corrente exercício, a ter início a primeiro deste mês.

A escala de férias dos funcionários do Serviço de Fiscalização da Fazenda, na parte que se refere a Hernani Natalino Porto, Fiscal da Fazenda, marcando as mesmas para o mês de novembro, do corrente exercício, a ter início a primeiro deste mês.

A escala de férias dos funcionários do Serviço de Fiscalização da Fazenda, na parte que se refere a Décio Kletemberg Couto, Fiscal da Fazenda, marcando as mesmas para o mês de agosto, do corrente exercício, a ter início a primeiro deste mês.

SEGURANÇA PÚBLICA

SERVIÇO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS

Portaria de 3 de julho de 1957
O CHEFE RESOLVE

Alterar:

A escala de férias baixada por este Serviço, na parte que se refere a Lucy Callado, Auxiliar de Escriturário, transferindo-as para o corrente mês.

AGRICULTURA

DIRETORIA DA PRODUÇÃO ANIMAL

Portaria de 25 de junho de 1957

O DIRETOR RESOLVE

Conceder licença:

De acordo com o art. 131, combinado com o art. 137, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954: A Almir Lino Pieri, ocupante da função de Vacinador, referência VIII, com exercício na referida Diretoria, de 15 dias, a contar de 2-4-57.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Ata da 123ª sessão ordinária, realizada a 2 de maio de 1957

Presidência: Excelentíssimo senhor doutor João Bayer Filho.

Aos dois dias do mês de maio do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, na Sala das Sessões do Edifício do Tribunal de Contas do Estado, nesta Capital do Estado de Santa Catarina, com a presença dos excelentíssimos senhores juizes, doutor João José de Souza Cabral, Nelson Heitor Stoeterau, Vicente João Schneider, Leopoldo Olavo Erig, Nereu Corrêa de Souza e do excelentíssimo senhor auditor convocado, doutor Waldir Busch, sob a presidência do excelentíssimo senhor doutor João Bayer Filho. Estavam presentes os excelentíssimos senhores, doutor Abelardo Rupp e doutor Antenor Tavares, Lida a ata da sessão anterior, foi a mesma, sem discussão, aprovada, e em seguida assinada pelos presentes. Na hora do expediente nada houve. A seguir, foram assinados os seguintes acordos:

1) Processo de prestação de contas n. 667/57. Responsável: Etelvina de Souza Pereira, diretora do Grupo Escolar "João Guimarães", de Henrique Lage, município de Laguna. 2) Processo de prestação de contas n. 280/57. Responsável: Seraphim Fausto Fauz, diretor da Caça e Pesca. 3) Processo de prestação de contas n. 141/57. Responsável: Irmão Urbano Máximo, diretor do Abrigo de Menores, desta Capital. 4) Processo de prestação de contas n. 375/57. Responsável: Esteliano Matias Souto, funcionário da CESPE. 5) Processo de prestação de contas n. 344/57. Responsável: Esteliano Matias Souto, funcionário da CESPE. 6) Processo de prestação de contas n. 237/57. Responsável: Professor Altino Flores, Secretário do Governo. 7) Processo de prestação de contas n. 636/57. Responsável: Menotti Borges, Encarregado do Serviço de Esgoto de Lajes. 8) Processo de prestação de contas n. 510/56. Responsável: José Dias, tesoureiro da Imprensa Oficial do Estado. 9) Processo de prestação de contas n. 116/57. Responsável: Irmão Máximo, diretor do Abrigo de Menores, desta Capital. 10) Processos de prestação de contas ns. 668/56 e 52/57. Responsável: Arnaldo da Luz, Almojarife, classe "K", da Diretoria de Obras Públicas. 11) Processo de prestação de contas n. 346/57. Responsável: Wilton Martins da Silva, tesoureiro da Penitenciária do Estado. 12) Processo de prestação de contas n. 161/57. Responsável: Irmão Urbano Máximo, diretor do Abrigo de Menores, desta Capital. 13) Processo de prestação de contas n. 136/57. Responsável: Irmão Urbano Máximo, diretor do Abrigo de Menores, desta Capital. 14) Processo de prestação de contas n. 259/57. Responsável: Esteliano Matias Souto, funcionário da CESPE. 15) Processo de prestação de contas n. 342/57. Responsável: João Batista dos Santos Filho, Servente da Secretaria da Viação e Obras Públicas. 16) Processo de prestação de contas n. 380/57. Responsável: Lauro Fortes Bustamante, diretor da Produção Animal. 17) Processo de prestação de contas n. 683/57. Responsável: Maria de Lourdes L. Carvalho, Chefe de Expediente da Diretoria de Terras e Colonização. 18) Processo de prestação de contas n. 377/57. Responsável: Esteliano Matias Souto, funcionário da CESPE. 19) Processo de prestação de contas n. 347/57. Responsável: Olga de An-

drade Backer, Escriutário do Juízo de Menores, desta Capital. 20) Processo de prestação de contas n. 200/57. Responsável: Modesto Roldão dos Santos, porteiro da Consultoria Jurídica do Estado. 21) Processo de prestação de contas n. 166/57. Responsável: Irmão Urbano Máximo, diretor do Abrigo de Menores, desta Capital. Logo após foi facultada a palavra para breves comunicações, usando da mesma o excelentíssimo senhor Juiz Leopoldo Olavo Erig, que leu telegrama nos seguintes termos: "Exmo. Ministro Olavo Erig, Tribunal de Contas. 227. Chapeco — SC — 588 — 30 — 17 h. Nome nossos famílias muitas outras moradores duas áreas terras devolutas situadas uma a margem rio Chapecozinha outra a margem rio Chapeco municípios Xanxerê e Xaxim vg há mais de dez vg vinte e trinta anos com casas moradia benfeitorias arvoredos vg ameaçadas espoliação virtude convênio assinado Governo Estado com milionário Alberto Berthier Almeida domiciliado Rio Grande Sul vg convênio aprovado por decreto Governador Estado número 49 de 21 de dezembro publicado Diário Oficial trinta um vg depende registro aprovação Egrégio Tribunal Contas vg devida vênua respeitosamente rogamos vossa excelência se digne atender vg outrossim se digne levar conhecimento seus dignos pares Tribunal vg impetramos justiça vg humildemente convencidos estamos amparados lei civil Constituição Federal artigo cento cinquenta seis parágrafo primeiro terceiro pt Somos humildes brasileiros pobres desbravadores sertão Chapecoense que aguardamos confiantes decisão Egrégio Tribunal vg porque aludido convênio além esquecer deliberadamente nossos direitos foi elaborado em detrimento ao patrimônio do Estado respeitadas saudações", seguem-se 160 assinaturas; solicitando que o citado telegrama fosse anexado ao processo n. 119/57, da diretoria de Terras e Colonização, a que se refere, o que foi deferido pelo excelentíssimo senhor presidente. Em seguida, usou da palavra o excelentíssimo senhor Juiz, doutor João José de Souza Cabral que, dizendo ser do conhecimento público o falecimento, em Jaguaá do Sul, do sr. Vereador Artur Müller ex-deputado estadual e ex-prefeito daquele município, pôs em relevo os grandes serviços prestados pelo extinto ao seu município e ao Estado, propondo, afinal que constasse da ata um voto de profundo pesar pelo seu falecimento, dando-se ciência da homenagem à família enlutada, o que foi unanimemente aprovado, tendo o excelentíssimo senhor presidente se associado aquele voto. Novamente com a palavra o excelentíssimo senhor Juiz Leopoldo Olavo Erig solicitou a presidência, as necessárias providências, no sentido de que fosse dado mais rápido andamento ao processo n. 119/57, que havia baixado em diligência à Diretoria de Terras e Colonização, e que ainda não retornara à Casa. O excelentíssimo senhor presidente disse já ter tomado providências a esse respeito, mas que iria reforçá-las. Finalmente, com a palavra, o excelentíssimo senhor presidente fez várias comunicações, a respeito de assuntos de caráter administrativo do Egrégio Tribunal de Contas. Na ordem do dia, foram julgados os seguintes processos em pauta, com dispensa de publicação, concedida nos termos

o art. 51 parágrafo 1º do Regulamento Interno: 1) Processo n. 80/57. Retificação de Ato. Relator: Exmo. sr. auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Segurança Pública — Polícia Militar do Estado. Assunto: Retificação de ato de Sinésio Bessa, Cabo da PME. Interessado: o mesmo. Decisão: Ouvida a Procuradoria novamente, o Tribunal resolveu ordenar o registro. 2) Processo n. 335/57. Aposentadoria. Relator: Exmo. sr. Auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Tribunal de Contas do Estado. Assunto: Aposentadoria de Osvaldo Climaco, Auxiliar Administrativo, padrão "1-9", do Tribunal de Contas do Estado. Interessado: o mesmo. Decisão: Ouvido o dr. procurador, o Tribunal resolveu que a autoridade competente para apresentar os funcionários do seu quadro administrativo, com exceção dos três diretores, é o presidente, de vez que está implicado quem nomeia pode demitir e aposentar, e esta resolução foi tomada de acordo com o voto do exmo. sr. relator que vai em separado. 3) Processo n. 1.556/57. Adicional. Relator: Exmo. sr. Juiz Nelson Heitor Stoeterau. Origem: Secretaria da Agricultura — Diretoria da Produção Vegetal. Assunto: Adicional de Clovis da Costa Ribeiro, Agrônomo, classe "C-29", do Quadro Único do Estado, da DPV. Interessado: o mesmo. Decisão: Ordenado o registro. 4) Processo n. 1.581/57. Auxílio funeral. Relator: Exmo. sr. Juiz Nelson Heitor Stoeterau. Origem: Secretaria da Fazenda. Assunto: Marcelina Catarinense de Oliveira, requer o pagamento do auxílio funeral do ex-funcionário, aposentado, Galdino José Corrêa. Interessado: o mesmo. Decisão: O Tribunal resolveu não conhecer do processado, devolvendo os autos à origem, visto objetivar compromisso do exercício de 1956, cujo trato é o do relacionamento. 5) Processo n. 1.679/57. Apostila. Relator: Exmo. sr. Juiz dr. João José de Souza Cabral. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Departamento de Saúde Pública. Assunto: Apostila de Eugênio do Nascimento Corrêa, Guarda-Sanitário, classe "B-6", do Quadro Único do Estado, do DSP. Interessado: o mesmo. Decisão: Ordenado o registro. 6) Processo n. 1.555/57. Auxílio Funeral. Relator: Exmo. sr. Juiz dr. João José de Souza Cabral. Origem: Secretaria da Fazenda. Assunto: Maria Dutra da Silva requer o pagamento do auxílio funeral de seu filho, Nicóteo Dutra da Silva, Linotipista, padrão "M", da Imprensa Oficial do Estado. Interessado: a mesma. Decisão: O Tribunal resolveu não conhecer da matéria, que é de 1956, processada por meio de relacionamento. 7) Processos ns. 1.615, 1.617, 1.648, 1.651 e 1.661/57. Apostilas. Relator: Exmo. sr. Juiz Nereu Corrêa de Souza. Origem: Secretaria do Interior e Justiça, Secretaria da Educação e Cultura e Secretaria da Fazenda. Assunto: Apostilas de Dinarte Jacinto Borba, Emergentina Queluz Kesting, Adalgisa Bonnassiss, Gerônimo José de Souza e Octacílio da Luz. Interessados: Os mesmos. Decisão: O Tribunal resolveu ordenar o registro dos atos deste processo e dos relacionados à fls. 3. 8) Processo ns. 1.566, 1.567 e 1.569/57. Aposentadorias. Relator: Exmo. sr. Juiz Nereu Corrêa de Souza. Origem: Secretaria da Educação e Cultura. Assunto: Aposentadorias de Adélia Laurentina de Souza, Manoel Brum e Paulina da Silva Peixoto. Interessados: Os mesmos. Decisão: O Tribunal resolveu ordenar o registro dos atos deste processo e dos de fls. 15. 9) Processo n. 1.669/77. Apostila. Relator: Exmo. sr. Juiz dr. João José

de Souza Cabral. Origem: Secretaria do Interior e Justiça. Assunto: Apostila de Jacob Ribeiro, Escriutário, classe D-9, do Quadro Único do Estado. Interessado: O mesmo. Decisão: Ordenado o registro. 10) Processo n. 1.576/57. Aposentadoria. Relator: Exmo. sr. Juiz Nereu Corrêa de Souza. Origem: Secretaria da Fazenda. Assunto: Aposentadoria de Nestor R. Scheffer, Coletor, classe E-20, do Quadro do Poder Executivo. Interessado: O mesmo. Ordenado o registro. 11) Processo n. 1.582/57. Diferenças de vencimentos. Relator: Exmo. sr. Juiz Vicente João Schneider. Origem: Secretaria da Agricultura. Assunto: Geraldo de Moraes, Engenheiro Agrônomo, contratado, solicita o pagamento de diferenças de vencimentos relativas aos meses de janeiro a maio do ano de 1956. Interessado: O mesmo. Decisão: O Tribunal resolveu não conhecer do processado, por se tratar de matéria relativa ao exercício anterior, cujo trato é o do relacionamento. 12) Processos ns. 1.700, 1.701, 1.702, 1.707, 1.809 e 1.731/57. Apostilas. Relator: Exmo. sr. Juiz Vicente João Schneider. Origem: Secretaria da Fazenda e Secretaria da Viação e Obras Públicas. Assunto: Apostilas de Manoel Miranda da Cruz Júnior, Polybio Napoleão Venera, Arnaldo Felijó, Narbal Vilela, Orlando Brasil, Romeu Dias de Oliveira e Harpêres Pereira da Silva. Interessados: Os mesmos. Decisão: O Tribunal resolveu ordenar o registro dos atos deste e dos processos relacionados à fls. 3. 13) Processos ns. 1.578, 1.585, 1.586, 1.588, 1.589, 1.590, 1.698, 1.602, 1.603 e 1.604/57. Aposentadorias. Relator: Exmo. sr. Juiz Nelson Heitor Stoeterau. Origem: Secretaria da Educação e Cultura. Assuntos: Aposentadorias de Helcídia Silveira Wendt, Carmen Abreu Antunes, Minervina Martins Stencanella, Maria Madalena Grisard Pereira, Teresa Romano Dalfovo, Maria Almeida Marcos, Cora Batalha da Silveira, Luiza de Souza Cardoso, Sebastião Kames e Luiz Peruchi Zanela. Interessados: Os mesmos. Decisão: O Tribunal resolveu ordenar o registro dos atos deste e dos relacionados à fls. 12. 14) Processos ns. 1.561, 1.564, 1.568, 1.592 e 1.598/57. Adicionais. Relator: Exmo. sr. Juiz Nelson Heitor Stoeterau. Origem: Secretaria da Fazenda. Assunto: Adicionais de Hélio Born da Silva, Hubert Beck, Paulo Grossebach, Eduardo Nicolich e Lourival Duarte Silva. Interessados: Os mesmos. Decisão: O Tribunal resolveu ordenar o registro dos atos deste e dos processos relacionados à fls. 8. 15) Processo de empenho n. 193/57. Relator: Exmo. sr. Juiz Nelson Heitor Stoeterau. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Abrigo de Menores. Importância: Cr\$ 52.240,00. Verba: 41-3-099. Empenho n. 9. Interessado: Elyseu Di Bernardi, desta Capital. Decisão: Ordenado o registro. 16) Processos ns. 1.612, 1.613 e 1.645/57. Apostilas. Relator: Exmo. sr. Juiz Vicente João Schneider. Origem: Secretaria da Segurança Pública — Polícia Militar do Estado. Assunto: Apostilas de Waldemar José Alexandre, Durval Corrêa e Aristides Gomes da Silva. Interessados: Os mesmos. Decisão: O Tribunal resolveu ordenar o registro dos atos deste e dos relacionados à fls. 5. 17) Processo n. 1.804/77. Pensão. Relator: Exmo. sr. Juiz Auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Fazenda. Assunto: Felicidade Ferreira Porto, viúva do ex-contribuinte do Montepio do Estado, sr. Juvenal da Silva Porto, pede o pagamento da pensão deixada pelo mesmo. Interessada: A mesma. Decisão: Ordenado o re-

gistro. 18) Processo n. 1.668/57. Apostila. Relator: Exmo. sr. Auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Agricultura. Assunto: Apostila de Francisco Coutinho de Azevedo, Porteiro, pádrão 1-7, do Quadro Único do Estado da S. A. Interessado: O mesmo. Decisão: Ordenado o registro. 19) Processo n. 75/57. Retificação de ato. Relator: Exmo. sr. juiz Nelson Heitor Stoeterau. Origem: Secretaria da Segurança Pública — Polícia Militar do Estado. Assunto: Retificação de ato de Zacarias Anselmo Felisbino da Rosa, Cabo da PME. Interessado: O mesmo. Decisão: Ouvido novamente o exmo. sr. dr. Procurador, o Tribunal resolveu ordenar o registro. 20) Processo n. 604/56. Adicional. Relator: Exmo. sr. juiz Nelson Heitor Stoeterau. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Departamento de Saúde Pública. Assunto: O dr. Agripa de Castro Farias, Médico, classe "T", do Quadro Único do Estado do DSP, requer pagamento de adicional. Interessado: O mesmo. Decisão: Ouvido o exmo. sr. dr. Procurador, o Tribunal resolveu ordenar o registro. 21) Processo n. 1.712/57. Pensão. Relator: Exmo. sr. juiz Nereu Corrêa de Souza. Origem: Secretaria da Fazenda. Assunto: Francisco Filgueiras, filho da ex-contribuinte do Montepio do Estado, dona Maria Walter Filgueiras, requer o pagamento da pensão deixada pela mesma. Interessado: O mesmo. Decisão: Ordenado o registro. 22) Processo n. 1.070/57. Ressarcimento. Relator: Exmo. sr. juiz Vicente João Schneider. Origem: Secretaria da Fazenda. Assunto: Stelino Wendhausen Montenegro de Oliveira, escrivão, classe D-9, do Quadro Único do Estado, pede que lhe seja paga a quantia de Cr\$ 40.000,00, a título de ressarcimento dos prejuízos decorrentes da exoneração arbitrária que sofreu em 1942. Interessado: O mesmo. Decisão: O Tribunal não conheceu do processado por objetivar importância de exercícios anteriores, cujo trato é o do relacionamento por crédito especial. 23) Processo n. 1.271/57. Consultas. Relator: Exmo. sr. juiz dr. João José de Souza Cabral. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Assunto: Consultas sobre a classificação de despesas com horas extraordinárias, dos funcionários da DOP, feitas pelo seu Diretor, dr. Otto H. Entres. Interessado: O mesmo. Decisão: O Tribunal aprovou o parecer do exmo sr. relator, mandando classificar as despesas na verba 85-0-002 (vencimentos). A seguir, dado o adiamento da hora, foi suspensa a sessão, marcando-se o seu prosseguimento para amanhã, dia 3, às 10 horas. Precisamente a essa hora estando ausente o excelentíssimo senhor doutor João Bayer Filho, foi reaberta a sessão pelo excelentíssimo senhor Juiz doutor João José de Souza Cabral, na qualidade de presidente em exercício. E, presseguindo-se na Ordem do Dia, foram julgados mais os seguintes processos: 24) Processo de empenho por adiantamento n. 424/57. Relator: Exmo. sr. Juiz Nereu Corrêa de Souza. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Serviço de Água e Esgoto. Importância: Cr\$ 75.000,00. Verba: 86-1-034. Empenho n. 16. Responsável: Fôlhas de pagamento nos 3, 4, 5, 6 e 7. Menotti Borges, Encarregado do Serviço de Esgoto de Lajes. Decisão: Ordenado o registro. 25) Processo de empenho por adiantamento n. 203/57. Relator: Exmo. sr. juiz Nereu Corrêa de Souza. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 200.000,00. Verba: 85-2-069. Empenho n. 6. Responsável: Guilherme Jorge Scheide, eng. Residente do DER, de Canoinhas. Decisão: Ordenado o registro, com o prazo solicitado. 26) Processo de empenho por adiantamento n. 329/57. Relator: Exmo. sr. Auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 200.000,00. Verba: 85-2-069. Empenho n. 23. Responsável: Adair Marcola, eng. Residente do DER, de Rio, do Sul. Decisão: Ordenado o registro, com o prazo solicitado. 27) Processos de empenhos nos 164 e 180/57. Relator: Exmo. sr. Auditor convocado dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Agricultura e Secretaria da Segurança Pública — Diretoria de Administração. Importância: Cr\$ 370.000,00. Verbas: 91-2-068 e 68-2-068. Empenhos nos 1 e 1. Interessado: Samarco S. A. — Agência Marítima e Comercial. Decisão: Ordenado o registro de ambos os empenhos. 28) Processo de empenho n. 124/57. Relator: Exmo sr. Auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Interior e Justiça — Penitenciária do Estado. Importância: Cr\$ 51.000,00. Verba: 23-2-139. Empenho n. 7. Interessado: S. A. Moinhos Rio Grandenses, de Joinville. Decisão: Ordenado o registro. 29) Processo de empenho por adiantamento n. 324/57. Relator: Exmo. sr. auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 100.000,00. Verba: 85-2-069. Empenho n. 27. Responsável: Humberto Machado, Engenheiro Residente do DER, de São Miguel do Oeste. Decisão: Ordenado o registro, com o prazo solicitado. 30) Processo de empenho por adiantamento n. 330/57. Relator: Exmo. sr. Auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 300.000,00. Verba: 85-2-069. Empenho n. 21. Responsável: Adair Marcola, Engenheiro Residente do DER, de Rio do Sul. Decisão: Ordenado o registro, com o prazo solicitado. 32) Processo de empenho por adiantamento n. 204/57. Relator: Exmo. sr. auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 100.000,00. Verba: 85-4-189. Empenho n. 8. Responsável: Guilherme Jorge Scheide, Engenheiro Residente do DER, de Canoinhas. Decisão: Ordenado o registro, com o prazo solicitado. 32) Processo de empenho por adiantamento n. 349/57. Relator: Exmo. sr. auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Plano de Obras e Equipamentos — Secretaria da Viação e Obras Públicas. Importância: Cr\$ 800.000,00. Verba: 17-4-230. Empenho n. 67. Responsável: Guilherme Jorge Scheide, Engenheiro residente do DER, de Canoinhas. Decisão: Ordenado o registro. 33) Processo de empenho n. 146/57. Relator: Exmo. sr. Juiz Vicente João Schneider. Origem: Plano de Obras e Equipamentos — Secretaria da Viação e Obras Públicas. Importâncias: Cr\$ 6.600,00 — Cr\$ 5.580,00 e Cr\$ 6.820,00. Verba: 17-4-230. Empenhos nos 4, 6 e 3. Interessados: Cesar Amin Ghanem Sobrinho, Engenheiro; José Maria Tórres de Miranda, Auxiliar de Engenheiro e Haikel Dequech, Engenheiro todos do DER. Decisão: Sobrestando, aguardando-se a regulamentação referente à aplicação dos saldos do Plano de Obras e Equipamentos. 34) Processo de empenho n. 190/57. Relator: exmo. sr. Auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Fazenda. Importância: Cr\$ 203,70.

Verba: 57-4-221. Empenho n. 2. Interessado: Almiro Lustosa Teixeira, de Lajes. Decisão: Ordenado o registro. 35) Processo n. 1.346/57. Contrato. Relator: Exmo. sr. Auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Agricultura — Diretoria de Terras e Colonização. Assunto: Termo de contrato de concessão de uma área de terras, localizada em Farol de Santa Marta, no distrito e município de Laguna, entre o Governo do Estado e o sr. Ido Clezar da Cunha. Interessado: o mesmo. Adiado o julgamento, tendo o Tribunal, por unanimidade, decidido pelo reexame do processado, a fim de que fiquem esclarecidos vários de seus aspectos de ordem formal e material. 35) Processos de empenhos nos 118, 117 e 145/57. Relator: Exmo. sr. Auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Agricultura — Diretoria de Serviços Especiais. Secretaria da Agricultura — Diretoria da Produção Animal e Plano de Obras e Equipamentos — Secretaria da Agricultura. Importâncias: Cr\$ 560.000,00 — Cr\$ 560.000,00 e Cr\$ 540.000,00. Verbas: 116-2-068 e 17-4-230. Empenhos nos 1, 1 e 56. Respectivamente. Interessados: Irmãos Amin — Revendedores "Ford" e Ulysséa, Gentil e Cia. Ltda, desta Capital. Decisão: Negado o registro dos empenhos presentes neste e nos processos nos 117 e 145/57. Vale a entrelinha que diz à fls. 7, v. "requer pagamento de adicional". E, dado o adiamento da hora, o excelentíssimo senhor presidente em exercício deu por encerrada a presente sessão, convocando outra para a próxima terça-feira, dia 7, à hora habitual, do que, para constar, eu, Luiz Cândido Silveira de Souza, secretário do Plenário padrão "I — 15", deste Egrégio Tribunal de Contas, lavrei a presente ata. (Ass.) João Bayer Filho, João José de Souza Cabral, Nelson Heitor Stoeterau, Vicente João Schneider, Leopoldo Olavo Erig, Nereu Corrêa de Souza, Waldir Busch, Antenor Tavares, proc. e Abalardo Rupp, proc.

Luiz C. Silveira de Souza, secretário do plenário.

Visto: Jonas Andriani, diretor-secretário.

Ata da 124ª sessão ordinária realizada a 7 de maio de 1957

Presidência: Excelentíssimo senhor doutor João Bayer Filho.

Aos sete dias do mês de maio do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, na sala das sessões do edifício do Tribunal de Contas do Estado nesta Capital do Estado de Santa Catarina, reuniu-se em sessão ordinária o Egrégio Tribunal de Contas, com a presença dos excelentíssimos senhores Juizes, doutor João José de Souza Cabral, Nelson Heitor Stoeterau, Vicente João Schneider, Leopoldo Olavo Erig, Nereu Corrêa de Souza e do excelentíssimo senhor Auditor convocado, doutor Waldir Busch, sob a presidência do excelentíssimo senhor doutor João Bayer Filho. Estavam presentes os excelentíssimos senhores procuradores, doutor Antenor Tavares e doutor Abalardo Rupp. Lida a ata da sessão anterior, foi a mesma, sem discussão, aprovada, e em seguida assinada pelos presentes. Na hora do expediente, foi lido ofício do exmo. sr. Heriberto Hülse, vice-governador do Estado, comunicando que, por motivo de viagem do exmo. sr. dr. Jorge Lacerda à Capital Federal, assumiu o exercício do cargo de Governador do Estado — a agradecer. A seguir, foi assinada o seguinte parecer: Processo n. 1.271/57. Consultas. Interessado: dr. Otto H. Entres, diretor das Obras

Públicas. Logo após, foi facultada a palavra para breves comunicações, não havendo quem dela quisesse fazer uso. Na Ordem do Dia, foram julgados os seguintes processos em pauta, com dispensa de publicação, concedida nos termos do art. 51, parágrafo 1º, do Regimento Interno: 1) Processo de prestação de contas n. 383/57. Relator: exmo. sr. juiz dr. João José de Souza Cabral. Origem: Secretaria da Agricultura — Diretoria da Produção Vegetal. Importância: Cr\$ 30.000,00. Verba: 105-3-144. Responsável: Renê Pires Machado, Auxiliar de Escritório da DPV. Decisão: O Tribunal resolveu converter o julgamento em diligência, a fim de que a parte interessada junte a coleta de preços. 2) Processos de prestação de contas nos 113 e 187/57. Relator: exmo sr. juiz Nelson Heitor Stoeterau. Origem: Secretaria da Agricultura — Diretoria da Produção Vegetal. Importância: Cr\$ 22.200,00 e Cr\$ 17.200,00. Verba: 88-1-023. Responsável: Renê Pires Machado, Auxiliar de Escritório da DPV. Decisão: O Tribunal resolveu converter o julgamento em diligência, a fim de que o interessado preste esclarecimentos, dentro de oito dias, para o que será intimado por intermédio da chefia da repartição onde serve, a quem será oficiado. 3) Processo de prestação de contas n. 275/57. Relator: exmo. sr. Juiz dr. João José de Souza Cabral. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Colônia Santa Teresa. Importância: Cr\$ 250.000,00. Verba: 40-3-099. Responsável: Mário J. da Silveira, Administrador, padrão "S". Decisão: Comprovadas as contas, dando-se quitação ao responsável. 4) Processo de prestação de contas n. 250/57. Relator: Exmo. sr. juiz dr. João José de Souza Cabral. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Departamento de Saúde Pública. Importância: Cr\$ 32.000,00. Verba: 43-3-099. Responsável: dr. Reneau Cubas, Chefe do 5º Distrito Sanitário, de Canoinhas. Decisão: Comprovadas as contas, dando-se quitação ao responsável. 5) Processo de prestação de contas n. 147/57. Relator: exmo. sr. Auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Abrigo de Menores. Importância: Cr\$ 258,00. Verba: 23-3-091. Responsável: Irmão Urbano Máximo, diretor, do AM. Decisão: Comprovadas as contas, dando-se quitação ao responsável. 6) Processo de prestação de contas n. 660/57. Relator: exmo. sr. Auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 9.419,40. Responsável: Ângelo De Carli, engenheiro residente do DER, de Joaçaba. Decisão: O Tribunal resolveu converter o julgamento em diligência, a fim de que o responsável satisfaça as deficiências apontadas nas informações de fls. respeito à data do empenho e a verba por onde devia correr a despesa. 7) Processo de prestação de contas n. 662/57. Relator: exmo. sr. juiz dr. João José de Souza Cabral. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 13.441,00. Responsável: Ângelo De Carli, engenheiro residente do DER, de Joaçaba. Decisão: O Tribunal resolveu converter o julgamento em diligência, a fim de que o interessado satisfaça as deficiências apontadas nas informações de fls., especialmente respeito à data do empenho e à verba por onde devia correr a despesa. 8) Processo de prestação de contas n. 265/57. Relator: exmo. sr. juiz Vicente João Schneider. Origem: Secretaria da

Saúde e Assistência Social — Alrigo de Menores. Importância: Cr\$ 544.50. Verba: 23-4-196. Responsável: Irmão Urbano Máximo, diretor do AM. Decisão: Comprovadas as contas, dando-se quitação ao responsável. 9) Processo de prestação de contas n. 167/57. Relator: Exmo. sr. juiz Vicente João Schneider. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Abrigo de Menores. Importância: Cr\$ 200.00. Verba: 23-2-050. Responsável: Irmão Urbano Máximo, diretor do AM. Decisão: Comprovadas as contas, dando-se quitação ao responsável. 10) Processo de prestação de contas n. 692/57. Relator: Exmo. sr. juiz Nelson Heitor Stoeterau. Origem: Secretaria da Agricultura — Laboratório de Química Agrícola e Industrial. Importância: Cr\$ 2.000,00. Verba: 1-2-4-159. Responsável: Maria da Conceição Ferrari e Silva, funcionária do L. Q. A. I. Decisão: O Tribunal resolveu converter o julgamento em diligência, a fim de que o interessado explique a razão da aplicação da verba noutra finalidade, quando havia verba própria para a despesa feita. 11) Processo de prestação de contas n. 684/57. Relator: exmo. sr. juiz Nelson Heitor Stoeterau. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Departamento de Saúde Pública. Importância: Cr\$ 20.000,00. Verba: 43-3-099. Responsável: Olavo de Assis Sartori, Médico do Posto de Saúde de Criciúma. Decisão: Comprovadas as contas, dando-se quitação ao responsável. 12) Processo de prestação de contas n. 673/57. Relator: Exmo. sr. juiz Leopoldo Olavo Erig. Origem: Secretaria da Fazenda. Importância: Cr\$ 3.000,00. Verba: 53-4-161. Responsável: Aury Adauton Rebello, Porteiro da S. F. Decisão: Comprovadas as contas, dando-se quitação ao responsável. 13) Processo de prestação de contas n. 139/57. Relator: exmo. sr. juiz Nereu Corrêa de Souza. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Abrigo de Menores. Importância: Cr\$ 6.900,00. Verba: 23-3-095. Responsável: Irmão Urbano Máximo, diretor do AM. Decisão: Comprovadas as contas, dando-se quitação ao responsável. 14) Processo de empenho n. 207/57. Relator: exmo. sr. juiz Nelson Heitor Stoeterau. Origem: Secretaria da Educação e Cultura — Diretoria de Ensino. Importância: Cr\$ 79.800,00. Verba: 30-4-153. Empenho n. 1. Interessado: Irmão Maria Teresa, diretora do Colégio Coração de Jesus, desta Capital. Decisão: Ordenado o registro. 15) Processo n. 307/57. Aposentadoria. Relator: exmo. sr. juiz dr. João José de Souza Cabral. Origem: Secretaria do Interior e Justiça — Cartório de Videira. Assunto: Aposentadoria de Irmão Klimann Ruecker, Escrivão de Paz do 2º sub-distrito de Videira. Interessado: a mesma. Decisão: Ordenado o registro. 16) Processo de empenho por adiantamento n. 433/57. Relator: exmo. sr. juiz Nelson Heitor Stoeterau. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 774.536,70. Verba: 85-1-034. Empenho n. 6. Responsável: Arnaldo Arnoldo da Luz, tesoureiro, padrão I-19, da DOP. Decisão: O Tribunal resolveu ordenar o registro com a obrigação da origem de juntar a relação das obras. 17) Processos ns. 1.943 e 1.944/57. Apostilas. Relator: exmo. sr. juiz Leopoldo Olavo Erig. Origem: Tribunal de Justiça. Assunto: Apostilas de Alfredo Von Trompowsky e João da Silva Medeiros Filho. Interessados: os mesmos. Decisão: O Tri-

bunal resolveu ordenar o registro dos atos deste e do processo n. 1.944/57. 18) Processo n. 1.773/57. Adicional. Relator: exmo. sr. juiz Leopoldo Olavo Erig. Origem: Secretaria da Fazenda. Assunto: João Lourenço de Almeida Guarda Fiscal, ref. X, efetivo, do Posto de Fiscalização do Campo Experimental, de Concórdia, requer o pagamento de adicional. Interessado: O mesmo. Decisão: Ordenado o registro. 19) Processo n. 1.565/57. Adicional. Relator: exmo. sr. juiz Vicente João Schneider. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas. Assunto: Domingos Emerick Bezerra de Trindade, Engenheiro, classe Y-2, da Diretoria de Obras Públicas, requer concessão de adicional. Interessado: O mesmo. Decisão: Ordenado o registro. 20) Processo n. 1.597/57. Alteração em contrato. Relator: exmo. sr. juiz Vicente João Schneider. Origem: Palácio do Governo. Assunto: Alteração da cláusula III do contrato de locação de serviços feito entre o Governo do Estado e o sr. Jorge Agostinho da Silva. Valor do contrato: Cr\$ 15.000,00 (mensais). Verba: 05-1-021. Interessado: O mesmo. Decisão: Ordenado o registro. 21) Processo de empenho por adiantamento n. 420/57. Relator: exmo. sr. juiz Leopoldo Olavo Erig. Origem: Secretaria da Educação e Cultura — Diretoria de Administração. Importância: Cr\$ 52.000,00. Verba: 34-3-099. Empenho n. 76. Responsável: Abalor A. Madeira, diretor do Grupo Escolar "Mauá", de Tubarão. Decisão: Ordenado o registro. 22) Processos ns. 515 e 514/57. Contratos. Relator: exmo. sr. auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Plano de Obras e Equipamentos — Secretaria da Viação e Obras Públicas. Assuntos: Termos de contratos entre o Governo do Estado e a Empresa de Topografia Urbanismo e Construção Ltda; do Rio de Janeiro, para a realização de estudos e projetos, para a construção da rodovia Curitiba-Itajaí, no trecho Subida — Blumenau e para a construção da rodovia estadual Itajaí-Ituporanga, no trecho Vidal Ramos-Ituporanga. Valor dos contratos: 1) Reconhecimento: Cr\$ 673,90 por km. 2) Exploração: Cr\$ 7.417,50 por km. 3) Projeto: Cr\$ 2.419,80 por km. Verba: 51-4-230. Interessado: a mesma. Decisão: O Tribunal resolveu ordenar o registro deste contrato e do de n. 514/57. 23) Processos ns. 627 e 629/57. Contratos. Relator: exmo. sr. juiz Nelson Heitor Stoeterau. Origem: Plano de Obras e Equipamentos — Secretaria da Viação e Obras Públicas. Assunto: Termos de contratos entre o Governo do Estado e a firma Maguiar S/A Engenheiros Construtores, de Curitiba, para a realização dos estudos e projetos para a construção da rodovia estadual Porto União — São Francisco do Sul, no trecho Lençol — Pirabeiraba e para a realização da locação da rodovia estadual BR-2 — Itajaí, no trecho BR-2 — Trombudo Central. Valor dos contratos: 1) Reconhecimento: Cr\$ 673,90 por km. 2) Exploração: Cr\$ 7.417,50 por km. 3) Projeto: Cr\$ 2.419,80 por km. E, locação: Cr\$ 8.201,40 por km. Verba: 51-4-230. Interessado: a mesma. Decisão: O Tribunal resolveu ordenar o registro deste e do contrato 629/57. E, dado o adiantado da hora, o excelentíssimo senhor presidente deu por encerrada a presente sessão, convocando outra para a próxima quinta-feira, dia 9, à hora habitual, do que, para constar, eu Luiz Cândido Silveira de Souza, secretário do Plenário, padrão I-15, deste Egrégio Tribunal de Contas lavrei a presente ata. (Ass.) João Bayer Filho, João José de Souza Cabral, Nelson Heitor Sto-

terau, Vicente Schneider, Leopoldo Olavo Erig, Nereu Corrêa de Souza, Waldir Busch e Abelardo Rupp, proc.

Luiz C. Silveira de Souza, secretário do Plenário.
Visto: Jonas Andriani, diretor secretário. (5127)

Ata da 125ª sessão ordinária, realizada a 9 de maio de 1957

Presidência: Excelentíssimo senhor doutor João Bayer Filho.

Aos nove dias do mês de maio do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, na sala das sessões do edifício do Tribunal de Contas do Estado, nesta Capital do Estado de Santa Catarina, com a presença dos excelentíssimos senhores Juizes, doutor João José de Souza Cabral, Nelson Heitor Stoeterau, Vicente João Schneider, Leopoldo Olavo Erig, Nereu Corrêa de Souza e do excelentíssimo senhor auditor convocado, doutor Waldir Busch, sob a presidência do excelentíssimo senhor doutor João Bayer Filho. Estava presente o excelentíssimo senhor procurador, doutor Abelardo Rupp. Lida a ata da sessão anterior, foi a mesma, sem discussão, aprovada, e em seguida assinada pelos presentes. Na hora do expediente, nada houve. A seguir, foram assinados os seguintes acordãos: 1) Processo de prestação de contas n. 250/57. Responsável: dr. Reneau Cubas, Médicos Chefe do 5º Distrito Sanitário, de Canoinhas. 2) Processo de prestação de contas n. 275/57. Responsável: Mário J. da Silveira, Administrador da Colônia Santa Teresa. 3) Processo de prestação de contas n. 684/57. Responsável: Olavo de Assis Sartori, Médico do Posto de Saúde de Criciúma. 4) Processo de prestação de contas n. 265/57. Responsável: Irmão Urbano Máximo, diretor do Abrigo de Menores. 5) Processo de prestação de contas n. 167/57. Responsável: Irmão Urbano Máximo, diretor do Abrigo de Menores. 6) Processo de prestação de contas n. 139/57. Responsável: Irmão Urbano Máximo, diretor do Abrigo de Menores. 7) Processo de prestação de contas n. 147/57. Responsável: Irmão Urbano Máximo, diretor do Abrigo de Menores. Logo após, foi facultada a palavra para breves comunicações, tendo usado da mesma o excelentíssimo senhor presidente, que comunicou à Casa que, em virtude da decisão do Egrégio Plenário, mandara fazer o ato de aposentadoria do sr. Oswaldo Clímaco, funcionário do Egrégio Tribunal, promovendo em razão da sua vaga, pelo critério de antiguidade, a srta. Wilma Maria Lunardelli, o sr. Raul André da Silva e a srta. Haydée Maria Moreira. Na ordem do dia, foram julgados os seguintes processos em pauta, com dispensa de publicação, concedida nos termos do art. 51, parágrafo 1º, do Regimento Interno: 1) Processo de empenho n. 174/57. Relator: Exmo. sr. Juiz dr. João José de Souza Cabral. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Abrigo de Menores. Importância: Cr\$ 65.140,00. Verba: 41-3-095. Empenho n. 3. Interessado: Diretoria de Obras Públicas — Verba: 8-3-095. Ordenado o registro. 2) Processo de empenho por adiantamento n. 328/57. Relator: Exmo. sr. Juiz dr. João José de Souza Cabral. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 100.000,00. Verba: 85-2-069. Empenho n. 28. Responsável: Adair Marcolli, Eng. Residente do DER, de Rio do Sul. Decisão: Ordenado o registro, com o prazo solicitado. 3) Processo n. 1.050/57. Locação de Serviços. Relator: Exmo. sr. auditor convocado

dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Agricultura — Diretoria da Produção Vegetal. Assunto: Termo de contrato de locação de serviços entre o Governo do Estado e o sr. Luiz Gonzaga Amorim, para prestar serviços de Auxiliar de Escritório da DPV. Valor do contrato: Cr\$ 48.000,00. Verba: 91-1-021. Interessado: o mesmo. Decisão: O Tribunal resolveu, preliminarmente, julgar, em conjunto, este e os processos de n. 1.060, 1.049, 246, 1.584, 626 e 1.077/57 e, apreciando-lhes o mérito, decidiu ordenar, em caráter especial, o registro dos contratos nêles contidos, recomendando à origem que, daqui por diante, observe as normas expressas relativas à matéria, não permitindo retroajam os efeitos dos contratos a períodos anteriores a sua assinatura. O caráter excepcional da decisão foi dado por voto de desempate. 4) Processo de empenhos n. 198/57. Relator: Exmo. sr. Juiz Leopoldo Olavo Erig. Origem: Secretaria da Educação e Cultura. Importâncias: Cr\$ 155.640,00 — Cr\$ 174.105,00 — Cr\$ 71.340,00 — Cr\$ 35.180,00 e Cr\$ 47.620,00. Verba: 34-2-082. Empenhos n. 5, 6, 7, 8 e 9. Interessado: Casa Laudares Ltda, desta Capital. Decisão: O Tribunal resolveu ordenar o registro, recomendando-se à origem perfeita observância ao decreto 96A, relativo à concorrência, tendo-se dado por impedido o exmo. sr. juiz dr. João José de Souza Cabral. 5) Processo de empenho por adiantamento n. 430/57. Relator: Exmo. sr. Juiz Vicente João Schneider. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Serviço de Água e Esgoto. Importância: Cr\$ 308.089,50. Verba: 86-1-34. Empenho n. 19. Responsável: Fôlha de pagamento n. 4 — Almiro Pereira Oliveira, eng. Chefe do SAO. Decisão: Ordenado o registro. 6) Processo de empenhos n. 189/57. Relator: Exmo. sr. juiz dr. João José de Souza Cabral. Origem: Secretaria da Educação e Cultura. Importância total: Cr\$ 847.140,00. Verba: 34-4-173. Empenhos n. 1 a 30 (inclusive). Interessado: Tesouro do Estado — Coletorias. Decisão: O Tribunal resolveu converter o julgamento em diligência, a fim de que a origem complete as informações, no sentido de preencher os claros apontados nas exigências de fls. 7) Processo de empenho por adiantamento n. 438/57. Relator: Exmo. sr. Juiz Nereu Corrêa de Souza. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Departamento de Saúde Pública. Importância: Cr\$ 53.880,00. Verba: 45-1-034. Empenho n. 4. Responsável: Joaquim Coelho dos Santos, Mestre Especializado, classe C-8 do DSP. Decisão: Ordenado o registro. 8) Processos n. 1.614, 1.616, 1.618, 1.619, 1.647, 1.649, 1.650, 1.652 a 1.660 (inclusive), 1.662 a 1.666 (inclusive), 1.671, 1.671, 1.672, 1.686 e 1.687/57. Apostilas. Relator: Exmo. sr. Juiz dr. João José de Souza Cabral. Origem: Secretaria da Educação e Cultura. Assunto: Apostilas de Cecília Brandão, Eluiza Rios dos Santos, Georgina de Carvalho Ramos da Luz, José Quintino Pereira, Arabela Apolônio Duarte Tramontin, Cecília Machado Farias de Tomaz, Claudina Minotto Fernandes, Hormecinda Viana dos Reis, Hilda Farias Raitz, Isabela Viana Bergmann, Iria Zandomenigo de Luca, Isaura Veiga de Faria, Lia Medeiros de Araújo, Leontina Haeming, Maria Barreiros Sobrinha, Nazira Abdallah, Otília Cardoso de Oliveira, Teresa Rosick Gonçalves, Nair Vaz Amorim, Getúlio Estêvão de Azevedo, Anacleto Nascimento, José Tomaz Gomes, Maria Júlia Almeida, Júlia Mônica da Silveira e Emílio Hass. Interessados: os mesmos.

Decisão: O Tribunal resolveu ordenar o registro dos atos deste e dos relacionados à fls. 5. 9) Processos n.ºs. 1.683, 1.691, 1.694, 1.695, 1.696, 1.699, 1.704, 1.709, 1.709, 1.732 e 1.746/57. Apostilas: Relator: Exmo. sr. Juiz dr. João José de Souza Cabral. Origem: Secretaria da Educação e Cultura. Assunto: Apostilas de Almira Olga Tonelli, Antonieta de Oliveira Lima, Maria Rosar Floriani, Lorena Galli de Souza, Enedina Alano Rosa, Laura da Luz Montenegro, João José de Freitas, Maria do Carmo Silva, Lúcia Fernandes Lopes, Maria Madalena de Moura Ferro e Benta Alves de Oliveira. Interessados: os mesmos. Decisão: O Tribunal resolveu ordenar o registro dos atos deste e dos processos relacionados à fls. 5. 10) Processos n.ºs. 1.747 e 1.748/57. Apostilas: Relator: Exmo. sr. Juiz dr. João José de Souza Cabral. Origem: Secretaria da Fazenda. Assunto: Apostilas de Cyrillo Avila dos Santos e Manoel Macuco Sobrinho. Interessados: os mesmos. Decisão: Ordenado o registro dos atos deste e do n.º 1.748/57. 11) Processo n.º 1.874/57. Retificação de Ato. Relator: Exmo. sr. Juiz Nereu Corrêa de Souza. Origem: Secretaria da Segurança Pública — Polícia Militar do Estado. Assunto: Retificação de ato de Norberto Antônio Coelho, soldado da PME. Interessado: o mesmo. Decisão: Ordenado o registro. 12) Processo n.º 1.882/57. Locação de serviços. Relator: Exmo. sr. Juiz Nereu Corrêa de Souza. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Assunto: Termos de contrato de locação de serviços entre o Governo do Estado e o sr. Jorge Kacoudas, para a função de Auxiliar de Engenheiro da DOP Valor do contrato: Cr\$ 156.000,00. Verba: 76-1-021. Interessado: o mesmo. Decisão: O Tribunal decidiu baixar os autos em diligência, para que a origem se digne retificar a divergência de datas verificadas entre a que consta no préambulo do contrato e a da respectiva cláusula IV. 13) Processos n.ºs. 1.591 e 1.557/57. Adicionais. Relator: Exmo. sr. Auditor convocado dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Hospital Colônia Santana. Assunto: Baldino Manoel da Silva e Aizio Emílio Maciel, requerem concessão de adicional. Interessados: os mesmos. Decisão: Ordenado o registro do presente e do de n.º 1.557/57. 14) Processo de empenho por adiantamento n.º 215/57. Relator: Exmo. sr. Juiz Nelson Heitor Stoeterau. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 100.000,00. Verba: 85-4-189. Empenho n.º 11. Responsável: João Pedro Arruda, Eng.º Residente do DER, de Lajes. Decisão: Ordenado o registro. 15) Processo n.º 1.947/57. Apostila. Relator: Exmo. sr. Juiz Nelson Heitor Stoeterau. Origem: Secretaria da Fazenda. Assunto: Apostila de Maria Henn Garcia, Oficial Administrativo, classe "O", do Quadro Único do Estado, do Tesouro do Estado. Interessado: a mesma. Decisão: Ordenado o registro. 16) Processo n.º 1.774/57. Adicional. Relator: Exmo. sr. Juiz Nereu Corrêa de Souza. Origem: Secretaria da Educação e Cultura. Assunto: Beatriz Noronha Dias, Professora Normalista, classe "J", do Grupo Escolar "Silveira de Souza", desta Capital, requer concessão de adicional. Interessado: a mesma. Decisão: Ordenado o registro. 17) Processo n.º 1.884/57. Apostila. Relator: Exmo. sr. Juiz dr. João José de Souza Cabral. Origem: Secretaria do Interior e Justiça. Assunto: Apostila de Manoel Brígido Costa, Oficial do Registro

de Imóveis e dos Protestos de Títulos Cambiários e Obrigações Cíveis e Comerciais, da comarca de Tubarão. Interessado: o mesmo. Decisão: Ordenado o registro. 18) Processos n.ºs. 1.639 e 1.638/57. Transferências para a reserva remunerada. Relator: Exmo. sr. Juiz dr. João José de Souza Cabral. Origem: Secretaria da Segurança Pública — Polícia Militar do Estado. Assunto: Transferências para a reserva remunerada de João Osório de Souza e Manoel Ananias de Sá, soldados da PME. Interessados: os mesmos. Decisão: O Tribunal resolveu ordenar o registro dos atos deste e do n.º 1.638/57. 19) Processo n.º 558/57. Apostila. Relator: Exmo. sr. Auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Palácio do Governo. Assunto: Apostila de Agenor Manoel Alves, encarregado do arquivo, padrão "J", do PG. Interessado: o mesmo. Decisão: Ordenado o registro. 20) Processos n.ºs. 1.595 e 1.559/57. Adicionais. Relator: Exmo. sr. Auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria do Interior e Justiça. Assunto: Manoel Boaventura Gomes e Alcides Bonatelli, requerem concessão de adicional. Interessados: os mesmos. Decisão: O Tribunal resolveu ordenar o registro deste e do de n.º 1.559/57. 21) Processos n.ºs. 1.867, 1.868, 1.869, 1.870, 1.871, 1.872, 1.873 e 1.874/57. Apostilas. Relator: Exmo. sr. Auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Segurança Pública — Polícia Militar do Estado. Assunto: Apostilas de Gentil Benito Batista, Enoque Jerônimo Tavares, Gomercindo Antunes Pires, Oswaldo Marcelino Mafra, Lindomar Bernardes, Sebastião João Victor, Pedro Antônio Marques e Ildefonso José Gonçalves. Interessados: os mesmos. Decisão: O Tribunal resolveu ordenar o registro dos atos deste e dos relacionados à fls. 4.22. Processo n.º 1.730/57. Locação de imóvel. Relator: Exmo. sr. Auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Segurança Pública — Delegacia Regional de Polícia. Assunto: Termo de contrato de locação do prédio sito à rua José Jacques n.º 12, nesta Capital, entre o Governo do Estado e o sr. Manoel Born da Silva. Valor do contrato: Cr\$ 168.000,00. Verba: 70-4-173. Interessado: o mesmo. E, empenho n.º 27. Verba: 70-4-173. Importância: Cr\$ 21.000,00. Interessado: Manoel Born da Silva. Decisão: O Tribunal resolveu converter o julgamento em diligência, a fim de que seja feita juntada do contrato anterior. 23) Processo de empenho n.º 204/57. Relator: Exmo. sr. Auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria do Interior e Justiça — Penitenciária do Estado. Importância: Cr\$ 142.195,00. Verba: 23-3-099. Empenho n.º 10. Interessado: Arnaldo Luz, desta Capital. Decisão: Ordenado o registro. 24) Processo de empenho n.º 194/57. Relator: Exmo. sr. Auditor convocado, dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Colônia Santa Teresa. Importância: Cr\$ 125.745,00. Verba: 54-3-099. Empenho n.º 26. Interessado: Kiliano Kretzer, de Barro Branco, São José. Decisão: Ordenado o registro. 25) Processo de empenho por adiantamento n.º 447/57. Relator: Exmo. sr. Auditor convocado dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 200.000,00. Verba: 85-2-069. Empenho n.º 13. Responsável: Moacyr Mondardo, Eng.º residente do DER, de Araranguá. Decisão: Ordenado o registro, com o prazo solicitado. 26) Processo de empenho por adiantamento n.º 448/57. Relator: Exmo. sr. Juiz dr. João José de Souza Cabral.

Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 200.000,00. Verba: 85-2-069. Empenho n.º 26. Responsável: Moacyr Mondardo, Eng.º residente do DER, de Araranguá. Decisão: Ordenado o registro, com o prazo solicitado. 27) Processo de empenho por adiantamento n.º 49/57. Relator: Exmo. sr. Juiz Nelson Heitor Stoeterau. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 200.000,00. Verba: 85-2-069. Empenho n.º 23. Responsável: Moacyr Mondardo, Eng.º residente do DER, de Araranguá. Decisão: Ordenado o registro, com o prazo solicitado. 28) Processo de empenho por adiantamento n.º 446/57. Relator: Exmo. sr. Juiz Nelson Heitor Stoeterau. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 200.000,00. Verba: 85-2-069. Empenho n.º 54. Responsável: Moacyr Mondardo, Eng.º residente do DER, de Araranguá. Decisão: Ordenado o registro, com o prazo solicitado. 29) Processo de empenho por adiantamento n.º 441/57. Relator: Exmo. sr. Juiz dr. João José de Souza Cabral. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 200.000,00. Verba: 85-2-069. Empenho n.º 40. Responsável: Angelo De Carli, Eng.º residente do DER, de Joaçaba. Decisão: Ordenado o registro, com o prazo solicitado. 30) Processo de empenho por adiantamento n.º 442/57. Relator: Exmo. sr. Auditor convocado dr. Waldir Busch. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 200.000,00. Verba: 85-2-069. Empenho n.º 29. Responsável: Angelo De Carli, Eng.º residente do DER, de Joaçaba. Decisão: Ordenado o registro, com o prazo solicitado. 31) Processo de empenho por adiantamento n.º 443/57. Relator: Exmo. sr. Juiz Vicente João Schneider. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 200.000,00. Verba: 85-2-069. Empenho n.º 32. Responsável: Angelo De Carli, Eng.º residente do DER, de Joaçaba. Decisão: Ordenado o registro, com o prazo solicitado. 32) Processo de empenho por adiantamento n.º 445/57. Relator: Exmo. sr. Juiz

Vicente João Schneider. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 73.535,00. Verba: 85-2-069. Empenho n.º 63. Responsável: Angelo De Carli, Eng.º residente do DER, de Joaçaba. Decisão: Ordenado o registro. 33) Processo de empenho por adiantamento n.º 444/57. Relator: Exmo. sr. Juiz Nereu Corrêa de Souza. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 200.000,00. Verba: 85-2-069. Empenho n.º 14. Responsável: Angelo De Carli, Eng.º residente do DER, de Joaçaba. Decisão: Ordenado o registro, com o prazo solicitado. 34) Processo de empenho por adiantamento n.º 435/57. Relator: Exmo. sr. Juiz Nereu Corrêa de Souza. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 75.000,00. Verba: 85-2-069. Empenho n.º 70. Responsável: Ernani Santa Ritta, Eng.º residente do DER, de Joinville. Decisão: Ordenado o registro. 35) Processo n.º 1.587/57. Solicita parecer. Relator: Exmo. sr. Juiz Leopoldo Olavo Erig. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Hospital Colônia Santana. Assunto: O dr. Osmar Nelson Schroeder, diretor do Hospital Colônia Santana, solicita parecer do Tribunal de Contas referente à coleta de preços para aquisição de caixas de cápsulas amiláceas. Interessado: o mesmo. Decisão: O Tribunal resolveu aprovar o parecer do exmo. sr. relator, mandando que, após a coleta de preços, seja feito adiantamento para pagamento à vista. E, dado o adiantado da hora, o excelentíssimo senhor presidente deu por encerrada a presente sessão, convocando outra para o próxima terça-feira, dia 14, à hora habitual, do que, para constar, eu Luiz Cândido Silveira de Souza, secretário do Plenário, padrão I-15, deste Egrégio Tribunal de Contas, lavrei a presente ata. (ass.) João Bayer Filho, João José de Souza Cabral, Nelson Heitor Stoeterau, Vicente João Schneider, Leopoldo Olavo Erig, Nereu Corrêa de Souza, Waldir Busch, Antenor Tavares, proc. e Abelardo Rupp, proc.

Luiz Cândido Silveira de Souza, secretário do Plenário.

Visto: Jonas Andriani, diretor-secretário. (5166).

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESTADUAIS

Concurso para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Estatístico, do Quadro do Poder Executivo

Tendo esta Comissão revisto o processo do concurso para provimentos em cargos da classe inicial da carreira de Estatístico, do Quadro do Poder Executivo, homologa os resultados que habilitam ao exercício da função os seguintes candidatos:

Classificação — Candidato — Média

1º lugar — Frederico da Silva Neto — 91,1.

2º lugar — Zilá Nicolich da Silva — 89.

3º lugar — Zélia Maria Sencini — 86,3.

4º lugar — Iponá Palma Ribeiro — 85,8.

5º lugar — Lauro Sencini — 85,7.

6º lugar — Nilsa Mello — 85,3.

7º lugar — Maurílio Lopes da Silva — 84,8.

8º lugar — João Guedes da Fonseca Neto — 84,5.

9º lugar — Horst Lüders — 84.

10º lugar — Eny Pereira do Nascimento — 83,3.

11º lugar — João Paulo Rodrigues — 82,5.

12º lugar — Elcio Bianchini Góes — 82.

13º lugar — Cândido Amaro Damásio — 78,2.

Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais, em Florianópolis, 3 de julho de 1957.

Dante De Patta, presidente. Hamilton J. Hildebrand, Moacyr de Oliveira, Alcides H. Ferreira. (6148)

Concurso para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo

Tendo esta Comissão revisto o processo do concurso para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro do Poder Executivo, homologa os resultados que habilitam ao exercício da função os seguintes candidatos:

Classificação — Candidato — Média

1º lugar — Arlete Batista Nunes da Silva — 87.

2º lugar — Marlith Teresinha de Souza — 86,8.

3º lugar — Tanuy Tavares — 85.6.
 4º lugar — Lygia da Silva d'Ávila — 84.5.
 5º lugar — Lucy Brito da Luz — 84.3.
 6º lugar — Hilda dos Santos Collaço — 82.7.
 7º lugar — Janete de Andrade Feijó — 82.3.
 8º lugar — Osmarina Mafra Vieira — 79.5.
 9º lugar — Consuelo Vieira — 79.
 10º lugar — Jacob de Souza Filho — 78.7.
 11º lugar — Júlio Cesar Santana Veras — 78.1.
 12º lugar — Edith P. Freitas — 77.8.
 13º lugar — Marlene Rosar — 77.2.
 14º lugar — Erna Ely Rupp — 77.
 15º lugar — Roberto Grillo Cúneo — 76.6.
 16º lugar — Mércia Rosar — 76.6.
 17º lugar — Lútercia das Neves Barcelos — 71.7.
 18º lugar — Zury Machado — 71.3.
 19º lugar — Vitor Testa — 71.2.
 20º lugar — Teresinha Waltrick Teixeira — 70.7.
 21º lugar — Oswaldina Maria Duarte — 70.
 22º lugar — Érico Botelho de Abreu — 69.8.
 23º lugar — Zilda de Albuquerque Bello — 69.6.
 24º lugar — Eunice Portela Horn — 69.2.
 25º lugar — Daltir Galicholi Cordeiro — 69.1.
 26º lugar — Rosita Alzira da Silva — 69.
 27º lugar — Harieda Gouveia Lins — 68.8.
 28º lugar — Ocirema Teixeira — 68.7.
 29º lugar — Maria Zenaide Lima — 68.6.
 30º lugar — Nair Ventura — 68.5.
 31º lugar — Maria Magdalena Pacheco — 68.3.
 32º lugar — Marlene Teresinha Ferreira — 68.2.
 33º lugar — Lucinea Borges — 66.6.
 34º lugar — Moema Maria Scheidt — 66.5.
 35º lugar — Ulisses Catarinense da Silva — 66.1.
 Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais, em Florianópolis, 3 de julho de 1957.
Dante De Patta, presidente. Hamilton J. Hildebrand, Moacyr de Oliveira, Alcides H. Ferreira. (6149)

Resumo do termo de contrato entre o Estado e o sr. Henrique Jorge Richard, em 1º-7-57

Representante do Estado no ato — Dr. Dante De Patta, presidente da Cespe.
 Nome do contratado — Henrique Jorge Richard.
 Nacionalidade — Brasileira.
 Função — Auxiliar de Serviço Contábil e Orçamento.
 Repartição — Secretaria Geral do Plano de Obras e Equipamentos.
 Remuneração — Cr\$ 5.000,00 (mensais).
 Verba — n. 17-4-230.
 Duração — 3 anos.
 Vigência — 1º-4-57.

Resumo do termo de contrato entre o Estado e o sr. João Medeiros Dutra, em 1º-7-57

Representante do Estado no ato — Dr. Dante De Patta, presidente da Cespe.
 Nome do contratado — João Medeiros Dutra.
 Nacionalidade — Brasileira.
 Função — Auxiliar de Serviço Técnico Contábil e Orçamento.
 Repartição — Secretaria Geral do Plano de Obras e Equipamentos.
 Remuneração — Cr\$ 5.000,00 (mensais).
 Verba — n. 17-4-230.
 Duração — 3 anos.
 Vigência — 1º-4-57.

Resumo do termo de contrato entre o Estado e o sr. Erasmo Soares Pereira, em 1º-7-57

Representante do Estado no ato — Dr. Dante De Patta, presidente da Cespe.
 Nome do contratado — Erasmo Soares Pereira.
 Nacionalidade — Brasileira.
 Função — Auxiliar de Serviço Mecânico.
 Repartição — Secretaria Geral do Plano de Obras e Equipamentos.
 Remuneração — Cr\$ 3.000,00 (mensais).
 Verba — n. 17-4-230.
 Duração — 2 anos.
 Vigência — 29-4-57.

Resumo do termo de contrato entre o Estado e o sr. Jocy José de Borba, em 1º-7-57

Representante do Estado no ato — Dr. Dante De Patta, presidente da Cespe.
 Nome do contratado — Jocy José de Borba.
 Nacionalidade — Brasileira.
 Função — Encarregado dos Serviços de Pessoal.
 Repartição — Secretaria da Agricultura.
 Remuneração — Cr\$ 6.100,00 (mensais).
 Verba — n. 90-1-021.
 Duração — 3 anos.
 Vigência — 1º-7-57.

Resumo do termo de contrato entre o Estado e o sr. dr. Isaac Lobato Filho, em 26-6-57

Representante do Estado no ato — Dr. Dante De Patta, presidente da Cespe.
 Nome do contratado — Isaac Lobato Filho.
 Nacionalidade — Brasileira.
 Função — Tisio-Cirurgião.
 Remuneração — Cr\$ 12.000,00 (mensais).
 Repartição — Hospital "Nereu Ramos".
 Verba — n. 55-1-021.
 Duração — 2 anos.
 Vigência — 26-6-57.

Termos de rescisões de contratos

Ao primeira (1º) dia do mês de julho de mil novecentos e cinquenta e sete (1957), nesta cidade de Florianópolis, no prédio sito à rua Felipe Schmidt, n. 36, onde funciona a Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais, presentes, de um lado, o presidente da Comissão, dr. Dante De Patta, representando o Governo do Estado de Santa Catarina, e, de outro lado, o sr. Jocy José de Borba, foi concluído este termo de rescisão de contrato, na forma que se segue: o contratado resolve rescindir o contrato de locação de serviços entre ambos celebrado, em 20-2-56, com vigência a partir de 1º-2-56 a 1º-2-58, lavrado no livro próprio, n. 4, à fls. 93, 93v. e 94, segundo o qual o contratado foi investido na função de Encarregado de Serviços de Material, para ter exercício na Secretaria da Agricultura, e, cuja rescisão deve ser considerada a partir desta data.
 E, para constar, eu, Isabel Clarice Vieira, ocupante do cargo da classe A-6 da carreira de Escriturário, do Quadro do Poder Executivo, neste livro próprio, lavrei o presente termo, que vai assinado pelas partes contratantes, pelas testemunhas abaixo declaradas e por mim, estando isento de qualquer imposto ou taxa.
 Florianópolis, 1º de julho de 1957.
Dante De Patta, presidente. Jocy José de Borba. Hélio de Melo Mosimann. Léila Maria de Simas. Isabel Clarice Vieira.
 Aos vinte e seis (26) dias do mês de junho de mil novecentos e cinquenta e sete (1957), nesta cidade de

Florianópolis, no prédio sito à rua Felipe Schmidt, n. 36, onde funciona a Comissão dos Serviços Públicos Estaduais, presentes, de um lado, o presidente da Comissão, dr. Dante De Patta, representando o Governo do Estado de Santa Catarina, e, de outro lado, o sr. Isaac Lobato Filho, foi concluído este termo de rescisão de contrato na forma que se segue: O contratado resolve rescindir o contrato de locação de serviços entre ambos celebrado em 2-4-55, com vigência a partir de 4-4-55 a 4-4-59, lavrado à fls. 20, 20v., 21 e 21v, do livro próprio n. 3, segundo o qual o contratado foi investido na função de Médico Tisiologista e Tisiocirurgião para ter exercício no Hospital "Nereu Ramos", e, cuja rescisão deve ser considerada a partir desta data.
 E, para constar, eu, Isabel Clarice Vieira, ocupante do cargo da classe A-6 da carreira de Escriturário, do Quadro do Poder Executivo, neste livro próprio, lavrei o presente termo que vai assinado pelas partes interessadas, pelas testemunhas abaixo declaradas e por mim, estando isento de qualquer imposto ou taxa.
 Florianópolis, 26 de junho de 1957.
Dante De Patta, presidente. Isaac Lobato Filho. Hélio de Melo Mosimann. Léila Maria de Simas. Isabel Clarice Vieira.

PARECER N. 165/57

Francisco Brasinha Dias, ocupante do cargo da classe B-16 da carreira de Inspetor Escolar, com exercício na 12ª Circunscrição com sede em Tijucas, requer concessão de adicional por tempo de serviço.
 2. Segundo informação de fls. o requerente tem direito ao adicional de 3% sobre Cr\$ 4.340,00, ou sejam, Cr\$ 130,20 mensais, de 4-5-56 à 31-12-56.
 3. A partir de 1º-1-57, será na base de 3% sobre Cr\$ 6.900,00, ou sejam, Cr\$ 207,00 mensais.
 4. Pelo deferimento, devendo a quantia de Cr\$ 1.032,90, relativa ao adicional do exercício de 1956 ser relacionada para oportuno pagamento.
 S. S., em 19 de fevereiro de 1957.
Dante De Patta, presidente. Alcides H. Ferreira, relator. Hamilton J. Hildebrand. Moacyr de Oliveira.
 De acordo.
 (ass.) Jorge Lacerda
 (Reproduzido por ter saído com erro no original).

PARECER N. 197/57

Palmira da Silva Decker, ocupante do cargo de Regente de Ensino Primário, requer contagem de tempo de serviço.
 2. Fundamentando o pedido a requerente instrui o processo com a certidão de fls. 2, em que comprova ter prestado serviços ao magistério público municipal de Rio do Sul, nos períodos de 15-2-939 a 13-3-940; de 15-5-44 a 5-8-49 e de 12-6-951 a 31-8-951, num total de 6 anos, 6 meses, e 9 dias.
 3. A Seção do Expediente desta Comissão esclarece nas informações de fls. 3 v. que o tempo de

serviço requerido não se encontram averbados nas folhas de registros funcionais do requerente.
 4. Somos, pois, pela averbação requerida, observando que aquele período de trabalho será computado exclusivamente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

5. Pelo deferimento.
 S. S., em 19 de fevereiro de 1957.
Dante De Patta, presidente. Hamilton J. Hildebrand, relator. Moacyr de Oliveira. Alcides H. Ferreira.
 De acordo.
 (ass.) Jorge Lacerda

PARECER N. 198/57

Olivia Andrade, ocupante do cargo da classe O da carreira de Professor Normalista, requer contagem de tempo de serviço.
 2. Fundamentando o pedido a requerente instrui o processo com a certidão de fls. 3, em que comprova ter prestado serviços ao magistério municipal de Caçador no período de 8-3-930 a 2-12-31, num total de 624 dias.
 3. A seção do Expediente desta Comissão esclarece nas informações de fls. 3 que o tempo de serviço requerido não se encontram averbados nas folhas de registros funcionais da requerente.
 4. Somos, pois, pela averbação requerida, observando que aquele período de trabalho será computado exclusivamente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.
 5. Pelo deferimento.
 S. S., em 19 de fevereiro de 1957.
Dante De Patta, presidente. Hamilton J. Hildebrand, relator. Moacyr de Oliveira. Alcides H. Ferreira.
 De acordo.
 (ass.) Jorge Lacerda

PARECER N. 199/57

Luiz Venturi, ocupante efetivo da função de Professor Complementarista, referência VII, requer contagem de tempo de serviço.
 2. Fundamentando o pedido o requerente instrui o processo com as certidões de fls. 2 e 3, em que comprova ter prestado serviços ao magistério público municipal de Rio do Sul, durante 1.460 dias e de Ibirama durante 1.455 dias.
 3. A seção do Expediente desta Comissão esclarece nas informações de fls. 4 v. que o tempo de serviço requerido não se encontra averbado nas folhas de registros funcionais do requerente.
 4. Somos, pois, pela averbação requerida, observando que aquele período de trabalho será computado exclusivamente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.
 5. Pelo deferimento.
 S. S., em 19 de fevereiro de 1957.
Dante De Patta, presidente. Hamilton J. Hildebrand, relator. Moacyr de Oliveira. Alcides H. Ferreira.
 De acordo.
 (ass.) Jorge Lacerda

PREFEITURAS MUNICIPAIS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edital

Com o presente são convidados os abaixo relacionados, para dentro de 15 dias, a contar desta data, virem à portaria desta Prefeitura, prestar esclarecimentos em assuntos, nos quais são partes interessadas.

Número — Nome — Assunto

179/57 — Companhia T. Catarinense — Modernizar internamente o local da taxa.
 242/57 — Calil Cherem — Revisão de lançamento.

430/57 — Ernesto Tremel — Arqui-
vamento do requerimento n. 288/57.
403/57 — João Desipris — Cont.
exercendo sua profissão no mesmo
local.
880/57 — Danilo Lehmkuhl — Alv.
de licença p/concluída obra.
325/57 — Raimundo dos Santos —
Instalar duas máquinas fotográficas.
335/57 — Dep. Nacional de Estradas
de Rodagem — Instalar uma
bomba de gasolina.
324/57 — Pedro José dos Santos —
Instalar uma máquina fotográfica.
577/57 — Nicolau E. Savas —
Acrescimento no prédio.
727/57 — Lourenço Bianchini —
Acrescimento.
3.919/56 — Jaime P. dos Nascimen-
to — Reforma, acrescimento no prédio.
3.856/56 — Eloi Struve — Reforma
de prédio.
743/57 — Maria R.B. e outros —
Consertos e reforma.
417/57 — Vicente Bauer — Conser-
to no prédio.
206/57 — João Corfu — Consertos
no prédio.
155/57 — Juvêncio A. Cardoso —
Consertos no prédio.
204/57 — Irmandade do Rosário —
Consertos no prédio.
3.788/56 — Olga K. Sullivan —
Consertos no prédio.
681/57 — Henrique Costa — De-
molição de casa de madeira.
422/57 — Federação das Indústrias
do Estado de Santa Catarina — De-
molição de muro, etc.
380/57 — Ernesto A. Martins —
Demolição de prédio.
645/57 — Romeu S. Neves — Mo-
dificação geral do projeto n. 6.260.
3.578/56 — Osvaldo P. Duarte —
Alterar o projeto de construção.
888/57 — Amílcar Scherer — Cons-
trução de rancho para guardar ma-
terial e calçar a rua em frente seu
prédio, etc.
3.876/56 — João N. e outros —
Construir um pavimento no prédio
em construção.
3.875/56 — João N. e outros —
Construir e reformar pavimento no
prédio em construção.
3.782/56 — Nélio Ligocky — De-
molição e construção de prédio.
487/57 — João B. Bellis — Cons-
trução de muro.
3.149/56 — Henrique Berenhausen —
Construção de prédio.
3.283/56 — João G. da Silva —
Construção de prédio.
403/57 — Osmundo C. de Merquita —
Construção de prédio.
3.634/56 — Judith de Melo Coelho —
Construção de rancho de madeira.
492/57 — José Ribeiro — Cons-
trução de rancho de madeira.
235/57 — José João Ramos —
Construção de rancho de madeira.
3.056/56 — Hipólito de Medeiros —
Construção de rancho de madeira.
173/57 — Maria H. de Castro —
Construção de rancho de madeira.
327/57 — Paulo Rudi Schnorr —
Construção de casa de madeira.
294/57 — Ciriaco Silva — Cons-
trução de casa de madeira, tipo
(1-B).
754/57 — Herondino da Silva Dutra —
Construção de casa de madeira.
790/57 — Antônio L. Serrão —
Construção de rancho de madeira.
626/57 — Bletia Vieira Oliveira —
Construção de casa de madeira.
8.739/56 — Arnaldo Nazario —
Construção de casa de madeira, tipo
(1-B).
776/57 — Manoel C. Martins —
Construção de casa de madeira, ti-
po (2-B).
53/57 — Anibal N. da Silva —
Construção de casa de madeira, ti-
po (1-B).
3.095/56 — Neli M. de Oliveira —
Construção de casa de madeira, tipo
(4-C).
310/57 — Walter Richter — Cons-
trução de casa de madeira, tipo (2-C).
3.119/56 — Cecília Ricardo — Cons-
trução de casa de madeira, tipo (1-B).
699/57 — Dilermando Nascimento —
Construção de casa de madeira,
tipo (A).

576/57 — José Lino de Jesus —
Construção de casa de madeira, ti-
po (A).
634/57 — Anícia Fraga Machado —
Construção de casa de madeira,
tipo (1-B).
703/57 — Maria M. da Silva —
Construção de duas (2), casas de
madeiras.
705/57 — Irineu M. Santiago —
Construção de casa de madeira, ti-
po (3-B).
687/57 — Nilton José Lacerda —
Transferência de 2 cadeiras de en-
graxate.
3.938/56 — Fernando Osvaldo Oli-
veira — Transferência de prédio.
3.881/56 — Enio Dal Grande e ou-
tros — Transferência de prédio.
3.880/56 — Dalila Dal Grande Bor-
ges — Transferências de prédios.
3.687/56 — Luiz Carpes de Corva-
lho — Transferência de terreno.
866/57 — Bento M. Luiz e outros —
Transferência de terreno.
786/57 — Rafael da Rocha Pires —
Transferência de terreno.
3.866/56 — Maria Amaral Ferrari
e outros — Transferência de terreno.
3.974/56 — Harry Corrêa — Trans-
ferência de terreno (2).
3.973/56 — Yvany L. dos Santos —
Transferência de terreno.
67/57 — Leovegildo Lessa — Trans-
ferência de terreno.
957/57 — João Corrêa Filho —
Transferência de negócio.
876/57 — Casemiro Corrêa — Trans-
ferência de negócio.
233/57 — Acácio de S. Lopes —
Transferência de negócio.
113/57 — Francisco J. da Costa —
Transferência de negócio.
522/57 — Manoel E. Alexandre —
Transferência de negócio.
609/57 — Manoel A. dos Anjos —
Transferência de negócio.
605/57 — Maria C. Cordeiro —
Transferência de negócio.
1.877/56 — Acelon P. da Costa —
Guia.
1.493/56 — Acelon P. da Costa —
Guia.
2.443/56 — Acelon P. da Costa —
Guia.
2.764/56 — Acelon P. da Costa —
Guia.
3.723/56 — Acelon P. da Costa —
Guia.
194/57 — Acelon P. da Costa —
Guia.
3.287/56 — Hercílio L. Filho —
Transferência de prédio.
3.750/56 — Hercílio L. Filho —
Transferência de prédio.
3.748/56 — Hercílio L. Filho —
Transferência de prédio.
3.749/56 — Hercílio L. Filho —
Transferência de prédio.
185/57 — Hercílio L. Filho —
Transferência de prédio.
2.381/56 — Hercílio L. Filho —
Guia.
1.820/56 — Hercílio L. Filho —
Guia.
297/57 — Hercílio L. Filho — Guia.
352/57 — Hercílio L. Filho — Guia.
3.329/56 — Plácido Sérgio Alves —
Guia.
1.949/56 — Plácido Sérgio Alves —
Guia.
3.093/56 — Plácido Sérgio Alves —
Guia.
3.290/54 — Plácido Sérgio Alves —
Guia.
925/57 — José Jacob Miguel —
Guia.
895/57 — Edison da Silva Jardim —
Transferência de terreno.
511/57 — Edison da Silva Jardim —
Guia.
479/57 — Edison da Silva Jardim —
Guia.
186/57 — Edison da Silva Jardim —
Guia.
419/57 — Edison da Silva Jardim —
Guia.
24/56 — João M. Pacheco Jr. —
Guia.
711/56 — João M. Pacheco Jr. —
Guia.
130/57 — João M. Pacheco Jr. —
Guia.
3.829/56 — João M. Pacheco Jr. —
Guia.

94/57 — João Linhares e outros —
Loteamento de terreno.
3.503/56 — Napoleão Delambert e
outros — Loteamento de terreno.
3.073/56 — Moellmann & Rau Ltda. —
Substituição das plantas, anexas
ao processo n. 1.542/56.
3.590/56 — Nicolau Teixeira — Lo-
teamento.
642/57 — Ivone Pereira Machado —
Acrescimento no prédio.
3.757/56 — Anacleto Damiani —
Conserto no prédio.

Certifico outrossim, que findo o
prazo indicado, sem que sejam pres-
tados quaisquer informações por
parte dos acima convocados, serão os
respectivos processos arquivados, à
vista do que dispõe o parágrafo úni-
co, do art. n. 44, da lei n. 127, de
14 de julho de 1952.
Departamento de Administração,
em 20 de junho de 1957.
Osni Ortiga, diretor de Adminis-
tração. (2362)

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

SEARA S. A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ata da assembléia geral ordinária

Aos 30 (trinta) dias do mês de março
do ano de 1957 (mil novecentos e cin-
quenta e sete), nesta cidade de Seára,
Estado de Santa Catarina, no escritório
da firma Seára S. A. Indústria e Co-
mércio, à rua 7 de Setembro, s/n., às 15
(quinze) horas, em virtude da convoca-
ção anunciada pelo "Diário Oficial" do
Estado de Santa Catarina, em suas edi-
ções ns. 5.804, 5.805 e 5.806, de 26, 27 e
28 de fevereiro, respectivamente, reuni-
ram-se os acionistas abaixo-assinados,
perfazendo mais de 2/3 (dois terços) do
capital social, consoante se depreende das
assinaturas lançadas no competente li-
vro de presenças. Constatado número le-
gal de acionistas e ações para que a
assembléia pudesse validamente deliberar,
assumiu a presidência o sr. Blázio Auré-
lio Paludo, diretor-superintendente, o
qual convidou a mim, Américo Paludo,
para secretariar a reunião. Constituída a
mesa, deu o sr. presidente por instalada
a assembléia, convidando ao secretário
que procedesse à leitura do edital de
convocação, cujo teor é o seguinte: "Seára
S. A. Indústria e Comércio. Assem-
bléia geral ordinária. Convocação. Pelo
presente ficam convidados os senhores
acionistas a comparecerem à assembléia
geral ordinária, a realizar-se no dia 30 de
março do ano de 1957, às 15 horas, no
escritório desta sociedade anônima, em
Seára, no Estado de Santa Catarina, a
fim de deliberarem sobre a seguinte
ordem do dia: 1º — Exame, discussão e
aprovação das contas da diretoria, reser-
vas ao exercício de 1956, notadamente,
relatório, balanço, conta de lucros e
perdas e parecer do conselho fiscal; 2º —
eleição dos membros da diretoria; 3º —
eleição do conselho fiscal; 4º — outros
assuntos de interesse social. Nota.
Achar-se à disposição dos senhores acio-
nistas, os documentos a que se refere o
artigo 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de
setembro de 1940. Seára, 13 de fevereiro
de 1957. Artêmio Paludo, diretor-gerente.
Dando cumprimento ao primeiro item da
ordem do dia, o sr. presidente determi-
nou ao secretário que procedesse à leitu-
ra do relatório da diretoria, balanço ge-
ral, conta de lucros e perdas e respectivo
parecer do conselho fiscal, documentos
esses que vêm publicados à página 11, da
edição n. 5.824, de 29 de março de 1957,
do "Diário Oficial" do Estado de Santa
Catarina. Finda a leitura, o sr. presiden-
te pôs os referidos documentos em dis-
cussão, sendo que, após devidamente exa-
minados e, prestados os esclarecimentos
solicitados, os acionistas concordaram com
sua plena regularidade, aprovando-os por
unanimidade, abstendo-se de votar os
que, por disposição legal, sobre a maté-
ria não se podiam pronunciar. Passando
ao segundo item da ordem do dia, o sr.
presidente convidou os presentes a ele-
gerem os membros da nova diretoria. A
eleição se realizou de conformidade com
as disposições constantes dos estatutos
sociais e, procedida a votação, constata-
u-se a reeleição, por unanimidade de
votos, de todos os membros da atual di-
retoria. Permaneceu, pois, assim consti-
tuida a diretoria: Diretor-superintendente:
Blázio Aurélio Paludo; diretor-gerente:
Artêmio Paludo; diretor-tesoureiro: Octá-

vio Battistella. Declarando empossados
os membros da nova diretoria, o sr. pre-
sidente passou ao terceiro item da ordem
do dia, solicitando aos presentes elegessem
os membros efetivos do conselho fiscal,
bem como seus respectivos suplentes.
Procedida a votação, constatou-se a elei-
ção dos acionistas Theodoro Barbieri, dr.
Harry Quadros de Oliveira e Etelvino Pe-
dro Tumelero para membros efetivos do
conselho fiscal e, para seus suplentes, An-
tônio Gaffuri, Aquilino Possan e Luiz
Benetti. A seguir, solicitou o sr. presi-
dente aos presentes que estipulassem a
remuneração para os membros da direto-
ria e do conselho fiscal, o que ficou as-
sim determinado: Cr\$ 8.000,00 (oito mil
cruzeiros) para o diretor-superintendente;
Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) para o
diretor-gerente; Cr\$ 5.000,00 (cinco mil
cruzeiros) para o diretor-tesoureiro, fi-
cando ainda estipulado que os membros
do conselho fiscal, tanto os efetivos como
seus suplentes, não perceberiam remun-
eração alguma pelo cargo. Solicitou en-
tão o sr. presidente à assembléia que,
baseada nos estatutos sociais, fixasse o
dividendo a ser distribuído, o que ficou
assentado em 10% (dez por cento) sobre
o capital social. A seguir, solicitou à as-
sembléia que fixasse as gratificações a
serem distribuídas, havendo sido concor-
dado em Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil
cruzeiros) para o diretor-superintendente;
Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros)
para o diretor-gerente; Cr\$ 30.000,00
(trinta mil cruzeiros) para o diretor-te-
soureiro e Cr\$ 137.000,00 (cento e trinta
e sete mil cruzeiros) para serem distri-
buídos entre os empregados, a critério da
diretoria, perfazendo um total de
Cr\$ 247.000,00 (duzentos e quarenta e
sete mil cruzeiros). Cumprida a ordem do
dia constante do edital de convocação, o
sr. presidente facultou a palavra a quem
dela quisesse fazer uso e, ninguém a so-
licitando, suspendeu a reunião pelo tem-
po necessário à lavratura da presente ata,
a qual, reaberta a reunião, foi lida e
aprovada e vai assinada por todos os
acionistas presentes e por mim, secre-
tário, subscrita. Seára, 30 de março de
1957. (aa.) Américo Paludo, secretário.
Blázio Aurélio Paludo, Artêmio Paludo,
Octávio Battistella, Carlos Armando Pa-
ludo, dr. Harry Quadros de Oliveira,
Theodoro Barbieri, Clair Bolzani, Alcides
Furlanetto, Gabriel Ruccl, Antoninha Li-
bera Paludo, Ildefonso Paludo, Américo
Paludo. Atesto que a presente é cópia
exata e fiel da ata lavrada no competen-
te livro de atas das assembléias gerais da
firma Seára S/A. Indústria e Comércio,
às fls. 26 e verso, 27 e verso, a qual
transladi fielmente. Seára, 30 de março
de 1957. Américo Paludo. (2246)

CINE ITAJAI S. A.

Cópia da ata da assembléia geral ordinária

Aos vinte e sete dias do mês de abril
do ano de mil novecentos e cinquenta e
sete, reunidos em primeira convocação,
pela dezoessete horas, no escritório da
sede social, sita à rua Dr. Heclílio Luz,
n. 32, nesta cidade de Itajaí, Estado de
Santa Catarina, acionistas que represen-
tavam mais do quorum legal, como se
verifica pelas assinaturas opostas à fôlha

n. 4 verso, do "livro de presença", com as declarações exigidas pelo art. n. 92, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, o senhor presidente da sociedade, Nestor Ewald de Souza Schiefler, declarou aberta a sessão, e convidou os senhores acionistas a escolherem o acionista que deveria presidir os trabalhos da assembleia. Por aclamação, foi indicado o nome do acionista senhor Demóstenes Bornhausen, que para secretário, convidou a mim, Waldemar Raimundo de Oliveira. Constituída assim a mesa, o senhor presidente declarou instalada a assembleia geral ordinária, a qual, acrescentou fora regularmente convocada por anúncios publicados no "Diário Oficial do Estado", em suas edições ns. 5.814, 5.815 e 5.816, respectivamente de 14, 15 e 18 de março do corrente ano, e também no jornal local "O Itajaí", respectivamente em suas edições de ns. 156, 157 e 158, de 9, 16 e 23 de março de 1957, anúncio que é do teor seguinte: "Cine Itajaí S. A. — Aviso de convocação — Assembleia geral ordinária. São convidados os senhores acionistas a reunirem-se em assembleia geral ordinária, às 16 horas no dia 27 de abril do corrente ano, na sede social, sita à rua Dr. Hercílio Luz, n. 32, nesta cidade, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º — Aprovação do balanço geral, conta de "lucros e perdas", referente ao exercício de 1956, parecer do conselho fiscal e relatório da diretoria. 2º — Eleição dos membros e suplentes do conselho fiscal para o exercício de 1957. 3º — Assuntos de interesse social. Itajaí, 21 de janeiro de 1957. (Ass.) Nestor Ewald de Souza Schiefler, diretor-presidente". Disse ainda o senhor presidente que tinha sido efetuado no "Diário Oficial do Estado" e no jornal local "O Itajaí", em suas edições acima mencionadas, as publicações ordenadas pelo art. n. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, pelo que a assembleia geral ordinária podia deliberar sobre a matéria que constava da ordem do dia, e de outros assuntos do interesse da sociedade. Determinou em seguida, o que fiz como secretário, a leitura do relatório da diretoria, balanço geral, conta de lucros e perdas e o parecer do conselho fiscal. Após a leitura desses documentos, o senhor presidente submeteu-os à discussão e aprovação, e como ninguém quisesse se manifestar sobre os mesmos, foram os referidos documentos postos em votação, verificando-se em seguida, terem sido os mesmos aprovados por unanimidade, abstendo-se de votar a diretoria e os membros do conselho fiscal. Procedeu-se em seguida, à eleição dos membros e suplentes do conselho fiscal da sociedade. Colhidas as cédulas em urnas separadas e apurados os votos, o senhor presidente proclamou o seguinte resultado: Para membros efetivos do conselho fiscal, os senhores Genésio de Miranda Lins, dr. José Menescal do Monte e Ewald Willerding, todos reeleitos, brasileiros e residentes nesta cidade; e para suplentes os senhores Aloísio Lapa, Angelo Cunha e Arno Rothebart, todos brasileiros e também residentes nesta cidade. Nada mais havendo, a tratar, e encerrada a fôlha n. 4 verso, do livro de presença dos acionistas, com as assinaturas do senhor presidente e a minha, secretário, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário a lavratura desta ata no livro próprio por mim, secretário, e reaberta a sessão, foi a mesma ata lida, aprovada e vai assinada pelos senhores acionistas presentes. Dela tirou-se duas cópias dactilografadas, devidamente conferidas para fins legais. Itajaí, 27 de abril de 1957. (Ass.) Demóstenes Bornhausen, presidente. Waldemar Raimundo de Oliveira, secretário. Nestor Schiefler. Declaração — Eu, abaixo-assinado, Nestor Ewald de Souza Schiefler, diretor-presidente do Cine-Itajaí S. A., declaro para os devidos fins e sob as penas da lei, ter verificado estar exata a cópia da ata da assembleia geral ordinária, realizada em 27 de abril de 1957, com o original estampado às fôlhas 22/23, do livro de "atas das assembleias gerais" da referida sociedade. Nestor Ewald de Souza Schiefler, diretor-presidente.

N. 10.836 — Conferida e arquivada por:

despacho da Junta Comercial, em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 9 de maio de 1957.

O secretário: Eduardo Nicolich.

A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 9 de maio de 1957.

Eduardo Nicolich, secretário.

(2189)

A MOTOLÂNDIA S. A. — INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ata da assembleia geral ordinária

Aos trinta (30) dias do mês de abril de mil novecentos e cinquenta e sete (1957), às quatorze (14) horas, nos escritórios da sociedade, situada à rua Carlos Sperança, n. 23, nesta cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, reuniram-se em assembleia geral ordinária, acionistas de A Motolândia S. A. — Indústria e Comércio. Por aclamação, presidiu-a o acionista sr. Antônio Comazetto, diretor-presidente, que convidou a mim, José Miguel Cury, para servir de secretário. Presentes os acionistas que esta subscrevem, representando mais de dois terços do capital social, conforme se verifica do livro de "presença de acionistas", declarou o presidente instalada a assembleia, a qual havia sido regularmente convocada por meio de anúncios publicados no "Diário Oficial do Estado", nos dias 20, 21 e 22 de março último, e ainda no jornal local "Jornal de Caçador", nos dias 24 e 31 de março último e 7 do corrente, tudo do teor seguinte: Edital — A Motolândia S. A. Ind. e Com. — Assembleia geral ordinária — 1ª convocação. Pelo presente, ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade, para comparecerem à assembleia geral ordinária, a realizar-se no dia 30 de abril p. vindouro, às quatorze (14) horas, na sede social, sita à rua Carlos Sperança, 23, nesta cidade, para exame, discussão e votação da seguinte ordem do dia: 1º — Balanço e contas do exercício de 1956, parecer do conselho fiscal e relatório da diretoria. 2º — Eleição dos cargos vagos da diretoria. 3º — Eleição dos novos membros efetivos e suplentes do conselho fiscal. 4º — Fixação da remuneração da diretoria e dos membros do conselho fiscal. 5º — Diversos assuntos de interesse da sociedade. Aviso — Acham-se à disposição dos senhores acionistas, no escritório da sociedade, os documentos de que trata o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940. Caçador, 15 de março de 1957. (Ass.) Lino J. Caron, diretor". Após isso, o sr. presidente submeteu à discussão dos acionistas os documentos mencionados, os quais, examinados e amplamente discutidos, foram aprovados por unanimidade. Após, também por unanimidade, a assembleia resolveu o seguinte: a) preencher os cargos vagos da diretoria da forma seguinte: Reelegendo para o próximo período, como diretor-presidente, o senhor Antônio Comazetto e como diretor o senhor Lino J. Caron; b) fixar os vencimentos para cada membro da diretoria em oito mil cruzeiros (Cr\$ 8.000,00) mensais; c) eleger para membros efetivos do conselho fiscal, os senhores Afonso Rodi, Milton Buba e Antônio Terezino de Lima, com a gratificação anual de cento e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 150,00) cada um; d) eleger para suplentes os senhores Júlio Gomes Guerra, Elias Seleme Netto e João Amâncio Costa; e) gratificar os membros da diretoria da seguinte forma: para o diretor-presidente e o diretor, em quinze mil cruzeiros (Cr\$ 15.000,00) cada um e ao diretor-gerente, que terminou o seu mandato em 3 de julho de 1956, em sete mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 7.500,00). Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da mesa deter-

minou o encerramento da presente sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes, e por mim, secretário. Caçador, 30 de abril de 1957. (Ass.) Antônio Comazetto, Lino J. Caron, Armin Reinehr e José M. Cury. A presente ata é uma cópia fiel da que consta no livro de atas, fôlhas ns. 21 e 21 verso. Caçador, 30 de abril de 1957. José M. Cury, secretário.

N. 10.951 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial, em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 31 de maio de 1957.

O secretário: Eduardo Nicolich.

A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 31 de maio de 1957.

Eduardo Nicolich, secretário.

(2196)

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DITTRICH SOCIEDADE ANÔNIMA

Ata da assembleia geral ordinária

Aos vinte e oito dias do mês de abril de mil novecentos e cinquenta e sete, às 9 horas da manhã, reuniu-se a assembleia geral ordinária, sendo constituída por acionistas representando mais de 50% do capital social, como se verificou pelo livro de presença de acionistas, reunião esta convocada de conformidade com os editais publicados nos jornais "Nova Era", em data de 23 e 30 de março e 6 de abril de 1957, ns. 945, 946 e 947, e ainda no "Diário Oficial", do Estado de Santa Catarina, em data de 29 de março, 1º e 2 de abril de 1957 e ns. 5.824, 5.825 e 5.826. Assumindo a presidência, o sr. Erich Dittrich verificou haver número legal de acionistas, convidou a mim, Heinz Dittrich, para secretário, ficando constituída a mesa. Inicialmente foi solicitada a leitura do edital de convocação pelo sr. presidente, sendo o seguinte o teor: Comércio e Indústria Dittrich S. A. — Assembleia geral ordinária. Pelo presente ficam convidados os senhores acionistas a comparecerem à assembleia geral ordinária, a realizar-se no domingo, dia 28 de abril, às 9 horas, na sede social desta sociedade, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia. 1º — Exame, discussão e aprovação das contas da diretoria, relativas ao exercício de 1956, relatório, balanço, conta de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal. 2º — Eleição de um diretor. 3º — Eleição do conselho fiscal. 4º — Assuntos de interesse social. Trombudo Central, 18-3-1957. Erich Dittrich, diretor. Aviso — Acham-se à disposição dos senhores acionistas desta sociedade, na sede social, os documentos a que se refere o artigo 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940. Trombudo Central, 18 de março de 1957. Erich Dittrich, diretor. Em seguida, o sr. presidente, conforme a ordem do dia, apresentou para discussão o relatório da diretoria, o balanço geral e parecer do conselho fiscal, este do seguinte teor: Parecer do conselho fiscal — Os abaixo-assinados, membros do conselho fiscal da Comércio e Indústria Dittrich S. A., tendo examinado o relatório, balanço, contas de lucros e perdas e demais documentos relativo às operações da sociedade, realizadas durante o ano de 1956 e verificando a perfeita ordem e exatidão dos mesmos, são de parecer que sejam aprovados pelos senhores acionistas, bem como todos os atos da diretoria, durante o referido exercício. Trombudo Central, 10 de janeiro de 1957. Oscar Th. Zluhan, Erwin José da Cunha e Walter Bell. Foram aprovados unanimemente todos os documentos e atos da diretoria, relativos ao exercício findo, abstendo-se de votar os impedidos em lei. Passando ao segundo ponto da ordem do dia — eleição de um diretor — pediu a palavra pela ordem, o acionista sr. Alvim Rahn, o qual sugeriu fosse, com relação a esse ponto, da ordem do

dia, procedido na forma da lei, ou seja a convocação de uma assembleia geral extraordinária, dentro do menor espaço possível, observando os prazos legais, de vez que o cargo para o qual ora se deveria eleger o diretor, foi, em sessão da assembleia geral extraordinária realizada em data de 20 de setembro de 1950 extinto. Pôsto em discussão, foi por unanimidade de votos aceita essa sugestão, ficando desde já designado o dia 30 de junho próximo, às 10 horas, para realização da mencionada assembleia geral extraordinária com as publicações do edital e praxe de lei. Passando-se para o 3º ponto da ordem do dia, procedeu-se à eleição do conselho fiscal para a exercício de 1957. Foram reeleitos os srs. Walter Bell, Oscar Th. Zluhan e Erwin José da Cunha. Para os suplentes foram reeleitos os srs. Alvim Rahn, Hermínio Prada e dr. Oto J. G. Feisthauer. Em seguida passou-se ao item 4º, da ordem do dia e com a palavra o acionista sr. Walter Bell, o qual sugeriu que o diretor sr. Erich Dittrich, percebesse de ora em diante um aumento em seus vencimentos pró-labore de Cr\$ 5.000,00 para Cr\$ 10.000,00, que foi aprovado por unanimidade de votos, depois de submetidos referida proposta a votação da assembleia. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da ata no livro próprio por mim, secretário e reaberta a sessão, foi lida a ata; aprovada e assinada pelos acionistas presentes. Trombudo Central, 28 de abril de 1957. Erich Dittrich, Heinz Dittrich, Alvim Rahn, Guilherme Kumm, Erwin José da Cunha, Ralf Dittrich e Walter Bell.

N. 10.919 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial, em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 23 de maio de 1957.

O secretário: Eduardo Nicolich.

A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 23 de maio de 1957.

Eduardo Nicolich, secretário.

(2198)

FORÇA E LUZ NOVA VENEZA S. A. CONVOCAÇÃO

Assembleia geral ordinária

Os acionistas da Força e Luz Nova Venezuela S. A. são convidados a fim de comparecerem à assembleia geral ordinária, a realizar-se no dia 14 de julho de 1957, às 14 horas, no Salão Paroquial de Nova Venezuela, neste Estado, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Apresentação, discussão e aprovação do balanço encerrado em 31 de dezembro de 1956, relatório da diretoria, e parecer do conselho fiscal.

2º — Eleição da diretoria, e conselho fiscal.

3º — Assuntos diversos de interesse da sociedade.

Nova Venezuela, 7 de maio de 1957.

Mário Crippa, diretor.

(3-2)

(2470)

RALF SCHEIDEMANTEL S. A. — IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO

Assembleia geral extraordinária

Pelo presente, ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade, a comparecerem à assembleia geral extraordinária, a realizar-se às 14 horas do dia 10 de julho próximo, na sede social, nesta cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Aumento do capital social e consequente alteração dos estatutos.

2º — Criação de novo cargo na diretoria.

3º — Assuntos de interesse da sociedade.

Ibirama, 10 de junho de 1957.

Ralf Scheidemanter, diretor-gerente.

(3-2)

(2469)

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PRAÇA — ITAJAI (S. C.)

Licenças de Exportação emitidas, de 25/3/57 a 31/3/57

RELAÇÃO N. 13/57

Número	EXPORTADOR	MERCADORIA		Peso líquido	VALOR EM		Pórt de	País de	
		Classif.	Especificação		Kgs.	Cr\$			Moeda estrangeira
305-57/352-352	Armando Schmidt & Cia. Ltda.	2.22.30	Pinho serrado de I e II 100.000 p/2 ou 235,849 m/3	141.509	229.500,00	US\$ Arg.	12.500,00	Itajaí	Argentina
353-353	Armando Schmidt & Cia. Ltda.	2.22.30	Pinho serrado de III — c/100.000 p/2 ou 235,849 m/3	141.509	174.420,00	US\$ Arg.	9.500,00	Itajaí	Argentina
354-354	Madeiraira Sicobrás S. A.	2.22.30	Pinho serrado de I e II 40.000 p/2 ou 94,339 m/3	56.603	91.800,00	US\$ Arg.	5.000,00	Itajaí	Argentina
355-355	Madeiraira Sicobrás S. A.	2.22.30	Pinho serrado de I e II 79.200 p/2 ou 186,792 m/3	112.075	180.956,00	£	3.520-00-00	Itajaí	Inglaterra
356-356	Madeiraira Sicobrás S. A.	2.22.30	Pinho serrado em sarrafos de I e II, c/9.900 p/2	14.009	19.278,00	£	375-00-00-	Itajaí	Inglaterra
357-357	Madeiraira Sicobrás S. A.	2.22.30	Pinho serrado em ripas de I e II, c/9.900 p/2	14.009	19.278,00	£	375-00-00-	Itajaí	Inglaterra
358-358	Ind. e Com. de Madeiras Battistella S. A.	2.22.30	Pinho reserrado de I e II, c/50.000 p/2	70.754	118.422,00	US\$ Arg.	6.450,00	Itajaí	Argentina
359-359	Madeiraira Sicobrás S. A.	2.22.30	Pinho serrado de I e II 19.800 p/2 ou 46,698 m/3	28.018	45.239,00	£	880-00-00	Itajaí	Inglaterra
360-360	Ind. e Com. de Mads. Battistella S. A.	2.22.30	Pinho serrado de I e II 50.000 p/2 ou 46,698 m/3	70.754	114.750,00	US\$ Arg.	6.250,00	Itajaí	Argentina
361-361	Chiaradia & Schmaedecke Ltda.	2.22.30	Pinho serrado de I e II 70.000 p/2	99.056	160.650,00	US\$ Arg.	8.750,00	Itajaí	Argentina
362-362	Chiaradia & Schmaedecke Ltda.	2.22.30	Pinho serrado de III — c/20.000 p/2	28.301	34.884,00	US\$ Arg.	1.900,00	Itajaí	Argentina
363-363	R. Kavanagh	2.22.30	Pinho serrado de I e II 35.000 p/3 ou 82,547 m/3	49.528	80.325,00	US\$ Arg.	4.375,00	Itajaí	Argentina
364-364	R. Kavanagh	2.22.30	Pinho serrado de III — c/15.000 p/3 ou 35,377 m/3	21.226	26.163,00	US\$ Arg.	1.425,00	Itajaí	Argentina
365-365	Fega S. A. — Com. Ind. Export. Madeiras	2.22.30	Pinho serrado em quadradinhos de I — c/77.000 m/3	46.200	51.600,80	Hfls.	10.679,80	Paranaguá	Holanda
366-366	Santos Almeida S. A. — Ind. e Export. ..	2.22.30	Pinho serrado de I e II 60.000 p/2	84.905	139.352,40	US\$ Arg.	7.580,00	Itajaí	Argentina
367-367	Santos Almeida S. A. — Ind. e Export. ..	2.22.30	Pinho serrado de III — c/40.000 p/2	56.603	70.869,60	US\$ Arg.	3.860,00	Itajaí	Argentina
368-368	Santos Almeida S. A. — Ind. e Export. ..	2.22.30	Pinho serrado de I e II 40.000 p/2	56.603	92.901,60	US\$ Arg.	5.060,00	Itajaí	Argentina
369-369	Santos Almeida S. A. — Ind. e Export. ..	2.22.30	Pinho serrado de III — c/20.000 p/2	28.301	35.484,80	US\$ Arg.	1.930,00	Itajaí	Argentina
370-370	Madeiraira Marcellinense Ltda.	2.22.30	Pinho serrado de I e II 100.000 p/2 ou 235,849 m/3	141.509	229.500,00	US\$ Arg.	12.500,00	Itajaí	Argentina
371-371	Madeiraira Marcellinense Ltda.	2.22.30	Pinho serrado de III — c/200.000 p/2 ou 471,698 m/3	283.018	348.840,00	US\$ Arg.	19.000,00	Itajaí	Argentina
372-372	Exportadora Castelli Pasini S. A.	2.22.30	Pinho reserrado de I e II — c/60.000 p/2	84.905	142.106,40	US\$ Arg.	7.740,00	Itajaí	Argentina
373-373	Exportadora Castelli Pasini S. A.	2.22.30	Pinho reserrado de III — c/40.000 p/2	56.603	71.971,20	US\$ Arg.	3.920,00	Itajaí	Argentina
374-374	Ind. e Com. de Madeiras S. A.	2.22.30	Pinho serrado de I e II 40.000 p/2 ou 94,339 m/3	56.603	91.800,00	US\$ Arg.	5.000,00	Itajaí	Argentina
375-375	Ind. e Com. de Madeiras S. A.	2.22.30	Pinho serrado de III — c/40.000 p/2 ou 94,339 m/3	56.603	69.768,00	US\$ Arg.	3.800,00	Itajaí	Argentina
376-376	Madeiraira Sicobrás S. A.	2.22.30	Pinho serrado de I e II 19.800 p/2 ou 46,698 m/3	28.018	40.098,20	£	780-00-00	Itajaí	Inglaterra
377-377	Madeiraira Sicobrás S. A.	2.22.30	Pinho serrado de I e II 170.000 p/2 ou 400,943 m/3	240.865	394.831,80	US\$ Arg.	21.505,00	Itajaí	Argentina
378-378	Madeiraira Sicobrás S. A.	2.22.30	Pinho serrado de III — c/30.000 p/2 ou 70,754 m/3	42.452	53.152,50	US\$ Arg.	2.895,00	Itajaí	Argentina
379-379	Euclides Leiria	2.22.30	Pinho serrado de IV — c/200.000 p/2 ou 471,698 m/3	283.018	238.680,00	US\$ Arg.	13.000,00	Itajaí	Argentina
380-380	Madeiraira Sicobrás S. A.	2.22.30	Pinho serrado de I e II 50.000 p/2 ou 117,924 m/3	70.754	114.750,00	US\$ Arg.	6.250,00	Itajaí	Argentina
381-381	Madeiraira Sicobrás S. A.	2.22.30	Pinho serrado de III — c/50.000 p/2 ou 117,924 m/3	70.754	87.210,00	US\$ Arg.	4.750,00	Itajaí	Argentina
382-382	Annibal & Cia. Ltda.	2.22.30	Pinho serrado de I e II 25.000 p/2 ou 58,962 m/3	35.377	57.375,00	US\$ Arg.	3.125,00	Itajaí	Argentina
383-383	Annibal & Cia. Ltda.	2.22.30	Pinho serrado de III — c/25.000 p/2 ou 58,962 m/3	35.377	43.605,00	US\$ Arg.	2.375,00	Itajaí	Argentina
384-384	Exportadora São Victório Ltda.	2.22.30	Pinho serrado de I e II 150.000 p/2 ou 353,773 m/3	212.263	344.250,00	US\$ Arg.	18.750,00	Itajaí	Argentina
385-385	Exportadora São Victório Ltda.	2.22.30	Pinho serrado de III — c/150.000 p/2 ou 353,773 m/3	212.263	261.630,00	US\$ Arg.	14.250,00	Itajaí	Argentina
386-386	Hilário Fuck	2.22.30	Pinho serrado de I e II 100.000 p/2	141.509	229.500,00	US\$ Arg.	12.500,00	Itajaí	Argentina
387-387	Hilário Fuck	2.22.30	Pinho serrado de III — c/100.000 p/2	141.509	229.500,00	US\$ Arg.	12.500,00	Itajaí	Argentina
388-388	Hilário Fuck	2.22.30	Pinho serrado de III — c/50.000 p/2	70.754	87.210,00	US\$ Arg.	4.750,00	Itajaí	Argentina
389-389	Ind. e Com. de Madeiras Battistella S. A.	2.22.30	Pinho serrado de III — c/30.000 p/2	42.452	52.326,00	US\$ Arg.	2.850,00	Itajaí	Argentina
390-390	Ind. e Com. de Madeiras Battistella S. A.	2.22.30	Pinho serrado de III — c/100.000 p/2	141.509	174.420,00	US\$ Arg.	9.500,00	Itajaí	Argentina
391-391	Ind. e Com. de Madeiras Battistella S. A.	2.22.30	Pinho serrado de IV — c/100.000 p/2	141.509	119.340,00	US\$ Arg.	6.500,00	Itajaí	Argentina
392-392	Ind. e Com. de Madeiras Battistella S. A.	2.22.30	Pinho serrado de III — c/200.000 p/2	283.018	348.840,00	US\$ Arg.	19.000,00	Itajaí	Argentina
393-393	Ind. e Com. de Madeiras Battistella S. A.	2.22.30	Pinho serrado de IV — c/150.000 p/2	212.263	179.010,00	US\$ Arg.	9.750,00	Itajaí	Argentina
394-394	Ind. e Com. de Madeiras Battistella S. A.	2.22.30	Pinho serrado de III — c/15.000 p/2	21.226	26.163,00	US\$ Arg.	1.425,00	Itajaí	Argentina
395-395	Ind. e Com. de Madeiras Battistella S. A.	2.22.30	Pinho serrado de I e II 35.000 p/2	49.528	80.325,00	US\$ Arg.	4.375,00	Itajaí	Argentina
396-396	Chiaradia & Schmaedecke Ltda.	2.22.30	Pinho serrado de I e II 50.000 p/2	70.754	119.340,00	US\$ Arg.	6.500,00	Itajaí	Argentina

Itajaí (SC), 4 de abril de 1957.

Pelo BANCO DO BRASIL S/A. — Itajaí (S. C.)

Aristides Gaspar de Oliveira Filho

Roberto Mauricio Navarro Lins

(2135)

DIÁRIO DA JUSTIÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO III

Florianópolis, 5 de julho de 1957

NÚMERO 388

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edital n. 5

O desembargador José Rocha Ferreira Bastos, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber aos que o presente edital virem ou dêle conhecimento tiverem que, se achando vaga a comarca de Porto União, de 3ª entrância, fica, de conformidade com o artigo 36, da lei n. 634, de 4 de janeiro de 1952, que dispõe sobre a Organização Judiciária, marcado aos juizes de 2ª entrância, o prazo de quinze (15) dias para requererem a sua promoção à referida comarca. A inscrição poderá ser feita na forma estabelecida no artigo 38 da referida lei. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou passar o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado no "Diário Oficial do Estado".

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, dois dias do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e sete. Eu, **Paulo Gonzaga Martins da Silva**, secretário, a fiz dactilografar e subscrevo.

José Rocha Ferreira Bastos.
(-3) (6092)

Edital n. 311

Faço público que, na sessão da 2ª Câmara Civil, de 1º de julho corrente, foram distribuídos os seguintes feitos:

Apelação cível n. 4.269, de Criciúma, apelante Marciro Bittencourt e apelada a Carbonífera Içara Ltda. Relator o des. Adão Bernardes.

Apelação cível n. 4.273, de Urussanga, apelantes Albino Costa e sua mulher e apelada a Companhia Siderúrgica Nacional. Relator o sr. des. Vitor Lima.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, aos 2 de julho de 1957.

Nair Caldeira Gonzaga, secretário.

Edital n. 312

Faço público que, na sessão do Tribunal Pleno, de 3 do corrente, foram distribuídos os seguintes feitos:

Revisão de contagem de tempo n. 24, de Florianópolis, requerente o dr. Dalmo Bastos Silva, 2º juiz substituto da 1ª circunscrição judiciária Relator o sr. des. Maurillo Coimbra.

Revisão criminal n. 474, de São Joaquim, requerente Inácio da Silva Fogaça, vulgo Inácio da Nicota. Relator o sr. des. Patrocínio Gallotti.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, aos 3 de julho de 1957.

Paulo Gonzaga Martins da Silva, secretário.

Edital n. 1.583

Aos dois dias do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, nesta cidade de Florianópolis, em a sala das sessões do Tribunal de Justiça, onde se encontrava o exmo. sr. des. Maurillo da Costa Coimbra, juiz semanário da Câmara Criminal, comigo escrivão, abaixo-assinado, aberta a audiência com as formalidades legais, procedeu-se a publicação dos seguintes acordãos:

Recurso criminal n. 5.723, de Rio do Sul, relator o exmo. sr. Maurillo da Costa Coimbra, recorrente dr. Juiz de Direito, "ex-officio", recorrido: Lauro Pomeroyning: "por conformidade de

votos, negar provimento ao recurso, para confirmar a decisão recorrida. Sem custas."

Apelação criminal n. 8.880, de Ituporanga, relator o exmo. sr. des. Maurillo da Costa Coimbra, apelantes Osvaldo e Willbaldo Rosa, apelada, a Justiça, por seu Promotor: "por conformidade de votos, dar provimento ao recurso, a fim de, anulando o julgamento a que foram sujeitos os apelantes pelos crimes de homicídio, e mandar que a novo sejam submetidos. Custas a final"

Apelação criminal n. 8.884, de Campos Novos, relator o exmo. sr. des. Maurillo da Costa Coimbra, apelante Helena Brocchi, apelado Alcebiades Cavalli: "por conformidade de votos, conhecer do recurso e dar-lhe provimento, para anulando o julgamento a que foi o apelado sujeito, mandar que a novo seja submetido. Custas a final."

Apelação criminal n. 8.891, de Urussanga, relator o exmo. sr. des. Hercílio João da Silva Medeiros, apelante João Batista Del Priori, apelada a Justiça, por seu Promotor: "por conformidade de votos, negar provimento ao recurso, para confirmar, como confirmam, a sentença apelada, por seus fundamentos. Custas pelo apelante"

Osvaldo Fernandes, escrivão.

Edital n. 1.584

Aos três dias do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, nesta cidade de Florianópolis, em a sala das sessões do Tribunal de Justiça, onde se encontrava o exmo. sr. des. Ivo Guilhon Pereira de Mello, juiz semanário das Câmaras Reunidas, em Tribunal Pleno, comigo escrivão, abaixo-assinado, aberta a audiência com as formalidades legais, procedeu-se a publicação dos seguintes acordãos:

Habeas-corpus n. 2.695, de Criciúma, relator o exmo. sr. des. Arno Pedro Hoesch, impetrante dr. Milton Cunha, paciente Irá Pizoni: "por uma

de votos, conceder a ordem impetrada, sem prejuízo do prosseguimento do processo. Sem custas"

Habeas-corpus n. 2.697, de Joinville, relator o exmo. sr. des. Maurillo da Costa Coimbra, impetrante dr. Hercílio Alexandre da Luz, paciente, João Tanner: "por unanimidade de votos, negar a ordem impetrada. Custas pelo impetrante"

Habeas-corpus n. 2.701, de Ibirama, relator o exmo. sr. des. Adão Bernardes, impetrante dr. Carlos Von Linsingen Júnior, paciente José Cayz: "sem voto divergente, conhecer do pedido e conceder a ordem, sem prejuízo do prosseguimento do feito. Sem custas".

Osvaldo Fernandes, escrivão.

Edital n. 3.638

De ordem do exmo. sr. des. presidente da 2ª Câmara Civil, turno público que, de acordo com o § 4º, do artigo 874, do Código de Processo Civil, será julgada do dia 8 do corrente, o seguinte processo:

Apelação de desquite n. 1.288, da comarca de Blumenau, em que é apelante o dr. Juiz de Direito e apelados Erico Silvano de Oliveira e sua mulher. Relator o sr. des. Patrocínio Gallotti.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, aos 3 de julho de 1957.
Paulo Gonzaga Martins da Silva, secretário.

Edital n. 3.639

De ordem do exmo. sr. des. presidente do Tribunal de Justiça, turno público que, na sessão de 3 do corrente, do Conselho Disciplinar da Magistratura, foi assinado o acórdão no seguinte processo:

Reclamação n. 81, da comarca de Mondai, em que é reclamante o dr. Roberto Machado e reclamado o dr. Mário Gonzaga Costa, juiz de direito da comarca. Relator o sr. des. Osmundo Nóbrega, cuja conclusão é do teor seguinte: "Acordam, em Conselho Disci-

plinár, da Magistratura, por unanimidade de votos, determinar o arquivamento da reclamação, visto como do ato que a motivou cabe o recurso previsto no art. 851, n. II, do Cód. de Processo Civil, pois, se verdadeiras as alegações do reclamante, importaria cerceamento de defesa. Dai não serem atendidas as sugestões da Procuradoria Geral do Estado, no parecer de fls. 8.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, aos 4 de julho de 1957.
Paulo Gonzaga Martins da Silva, secretário.

FÓRO DA CAPITAL

JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE FLORIANÓPOLIS

Edital de citação

O doutor Euclides de Cerqueira Cintra, juiz de direito da Segunda Vara da comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber a Waldir Rosa, em lugar incerto e não sabido, que, pelo presente e com o prazo de quinze dias, a contar da primeira publicação do presente, no "Diário da Justiça" do Estado, fica citado para comparecer na sala de audiências deste juízo, à Praça XV de Novembro, número 12, no dia 31 de julho próximo vindouro, às 11 horas, a fim de ser interrogado e se ver processar até final, em que foi denunciado na sanções do artigo 155, § 1º, do Código Penal pela Segunda Promotoria Pública desta comarca, sob pena de revelia. E para que chegue a seu conhecimento é passado o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no "Diário da Justiça" do Estado. Dado e passado nesta cidade de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, em o cartório do Crime, aos vinte e sete do mês de junho de mil novecentos e cinquenta e sete. Eu, (ass.) Orlando Nicolich Chaplin, adjunte de escrivão do Crime, que o dactilografai e subscrevi. (Ass.) Euclides de Cerqueira Cintra, juiz de direito da segunda Vara. Confere com o original que foi afixado à porta do cartório do Crime, aos vinte de junho de 1957. O adjunte de escrivão: **Orlando Nicolich Chaplin**. (6.061)

REGISTO CIVIL

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: João Soares Aparício e Generosa Serafina de Andrade Cruz, viúvos, domiciliados e residentes nesta Capital. Ele, estovador, natural deste Estado, filho de José Soares Aparício e de Teodora Soares. Ela, doméstica, natural deste Estado, filha de Jovita Andrade e de Serafina Maria de Andrade.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Florianópolis, 4 de julho de 1957.

Maria de Lourdes Caldas, pelo oficial. (6160)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Elmo Leal Coelho e Bólvia Santos, solteiros, brasileiros, naturais

deste Estado, residentes neste 3º sub-districto do município de Florianópolis. Ele, funcionário bancário, filho de Argemiro Pires Coelho e de Maria Ana Coelho. Ela, doméstica, filha de Lourival Francisco Santos e de Francisca Santos.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Saco dos Limões, 2 de julho de 1957.
Plácido Sérgio Alves, oficial. (2485)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Ademir Manoel Bento e Lúcia Maria Ramos, solteiros, brasileiros, naturais deste Estado, residentes neste 3º sub-districto do município de Florianópolis. Ele, operário, filho de Manoel Severino Bento e de Maria Idalina dos Santos. Ela, doméstica, filha de João de Oliveira Ramos e de Maria Ramos.

— João, Coelho da Costa Júnior e Rosália Maria de Souza, solteiros, brasileiros, naturais deste Estado, residentes neste 3º sub-districto do município de Florianópolis. Ele, comerciante, filho de João Coelho da Costa e de Eufrosina da Cunha Costa. Ela, funcionária pública estadual, filha de João Corrêa Filho e de Maria Medeiros Corrêa.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Saco dos Limões, 3 de julho de 1957.
Plácido Sérgio Alves, oficial. (2486)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Ernani Walter da Silva e Clélia Clarice Cunha, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes neste sub-districto. Ele, alfaiate, filho de Mário, Vieira da Silva e de Emília da Silva. Ela, doméstica, filha de Bertholdo Severiano, Cunha e de Maria Herondina Cunha.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Trindade, 2 de junho de 1957.

Anna Cardoso da Costa, escrevente juramentada. (2483)

JUIZADOS DO INTERIOR

JUIZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA DA COMARCA DE JOINVILLE

Edital de citação

O doutor Euclides de Cerqueira Cintra, juiz de direito da 2ª Vara desta comarca de Joinville, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber aos que o presente edital virem ou dêle conhecimento tiverem, expe-

dido nos autos n. 48/906, de arrecadação de bens deixados por Martina Busnall, que se processa perante este Juízo e cartório dos feitos da fazenda, que tendo sido ultimada a arrecadação dos bens deixados por Martina Busnall falecida nesta cidade, aos deztoito (18) de fevereiro do corrente ano, no estado de solteira, sem ter deixado herdeiros sobreviventes e notoriamente conhecidos, nem testamento, pelo presente edital, que será afixado na sede deste Juízo, no lugar de costume e, por cópia publicada três (3) vezes, com intervalo de trinta (30) dias, cita os herdeiros, sucessores e credores da "de cujus" para no prazo de seis (6) meses, que correrá da primeira publicação do presente edital, se habilitarem no referido processo, cujos bens foram entregues ao curador à herança, nomeado por este Juízo, sr. Ivo Varela. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Joinville, aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de mil novecentos e cinquenta e sete. Eu, A. Gassenferth, escrivão, o subscreevi. Euclides de Cerqueira Uintra, Juiz de direito da 2ª Vara. Está conforme o original que afixei no lugar de costume, no fórum, dou fé. O escrivão: A. Gassenferth.

(3-3)

(1.351)

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SAO FRANCISCO DO SUL

Edital de citação

O dr. Anísio Dutra, juiz de direito da comarca de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber a todos quantos o presente edital virem, ou dêle conhecimento tiverem, que, a este Juízo foi dirigida a petição do teor seguinte: Exmo. sr. dr. Juiz de direito da comarca: Ponciano Monteiro, brasileiro, casado, operário, domiciliado e residente nesta cidade, por seu assistente judiciário, o advogado infra-assinado, vem mui respeitosamente e com pundamento no art. 317, inciso IV, do Código Civil, mover uma ação de desquite contra sua mulher Judith da Rosa Monteiro, brasileira, atualmente em lugar incerto e não sabido, na qual provará: Que o suplicante casou-se com a suplicada aos 25 de novembro de 1950, conforme certidão anexa não havendo filhos dessa união; que a suplicante jamais dispensou o suplicado desde o casamento a atenção devida, nem menos cuidando do lar conjugal; que o abandonou quatro meses após a união conjugal, ignorando o suplicante o seu paradeiro. Assim sendo, requer o suplicante a v. excia. se digne ordenar a citação da suplicada, para o cumprimento das formalidades preliminares exigidas pela lei n. 968, de 10 de dezembro de 1949 e a fim de, em seguida, se defender, alegando o que for a bem do seu direito, sob as penas da lei, devendo a final ser a ação julgada procedente e decretado, por sentença, o desquite pleiteado, sob as pronunciações de direito. Requer, outrossim a citação do sr. Promotor Público, para que na forma da lei, assista todo o processado. Protesta-se pela apresentação de todo o gênero de provas em direito permitido, principalmente pela apresentação de testemunhas, cujo rol será apresentado oportunamente. N. T.P.D. São Francisco do Sul, 25 de dezembro de 1957. (Ass.) Alfred Darcy Addison, assistente judiciário. Despacho: Publique-se o competente edital de forma da lei. São Francisco, 16-V-57. (Ass.) A. Dutra. Em virtude do que é passado o presente edital que será publicado uma vez no "Diário da Justiça" do Estado, citando a todos quantos interessar possa, fazendo-lhes cientes do que este Juízo funciona todos os dias úteis na sala do Fórum, às 10 horas, onde poderão comparecer para apresentar sua contestação. Dado e passado nesta cidade de São Francisco do Sul, aos dezesseis (16) dias do mês de maio do ano

de mil novecentos e cinquenta e sete (1957). Eu, Olívio Nóbrega, escrivão, o dactilografei e subscreevi. São Francisco do Sul, 16 de maio de 1957. (Ass.) Anísio Dutra, juiz de direito. A presente é cópia autêntica do original. O referido é verdade e dou fé. São Francisco do Sul, 16-V-1957. O escrivão: Olívio Nóbrega.

(5288)

JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ITAJAI

Edital de citação

O doutor Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito da 1ª Vara da comarca de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber a todos quantos este edital virem, ou dêle conhecimento tiverem que por parte de Glicério Vicente Rodrigues, por intermédio de seu assistente judiciário dr. Osmar de Souza Nunes, foi dirigida a este Juízo a petição do teor seguinte: Exmo. sr. dr. Juiz de direito: Glicério Vicente Rodrigues, brasileiro, casado, lavrador, residente em Camboriú por seu assistente judiciário infra-assinado, vem expor e, afinal, requerer a v. excia. o seguinte: 1º — Que é senhor e possuidor de um terreno situado em Camboriú, tendo 132 metros de frente que faz no rio Camboriú, por igual medida nos fundos, no Travessão Geral da Chapada do Morro, extrema a leste com Germano Silvério e a oeste com Armino José dos Santos, tendo 1.100 metros de fundos em ambos os lados e a área de 145.200 m2. 2º — Que, como mantém posse do dito terreno, há mais de 30 anos, mansa, pacífica ininterruptamente e sem oposição de quem quer que seja, quer, com fundamento nos arts. 550 e 552 do Cód. Civil e 454 do C.P.C. propor a competente ação de usucapião na qual, se necessário, além dos requisitos acima, provará que mantém sobre o referido imóvel, plantações diversas, como banana, café, etc. 3º — A vista disso, requer a v. excia. se digne de admitir a justificar dita posse, marcando-se dia e hora para a oitiva das testemunhas diante arroladas, ciente o dr. Promotor Público. 4º — Feito o que, e justificado o bastante pede a citação dos interessados, certos e incertos, na forma da lei. 5º — Afinal, não havendo contestação ou sendo esta julgada improcedente, espera seja declarado o seu domínio sobre o terreno acima descrito, para os fins de direito. P. deferimento. Itajaí, 7 de julho de 1956. (Ass.) Osmar de Souza Nunes, assistente-judiciário. Nesta petição foi proferido o seguinte despacho: A. designe o sr. escrivão dia e hora para a justificação, feitas as intimações necessárias. Em, 7-7-56. (Ass.) Arêas Horn. Proferida a justificação foi a seguir julgada por sentença do teor seguinte: Vistos, etc. Julgo, por sentença a justificação de fls. em que é requerente Glicério Vicente Rodrigues, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Citem-se, pessoalmente para contestar o pedido, os interessados certos e o dr. representante do Ministério Público, bem como, por edital com o prazo de trinta (30) dias os interessados incertos, editais estes que deverão ser publicados, por três (3) vezes no "Diário da Justiça" do Estado. Sem custas. P.R.I. Itajaí, 15 de dezembro de 1956. (Ass.) Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito. Dado e passado nesta cidade de Itajaí, aos 22 dias do mês de maio de 1957. Eu, (a.) Hélio Mário Guerreiro, escrivão, o fiz dactilografar e subscreevo. (Ass.) Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito da 1ª Vara. Confere com o original afixado no lugar de costume. Eu, Hélio Mário Guerreiro, escrivão, o fiz dactilografar e subscreevo. Hélio Mário Guerreiro, escrivão.

(5279)

Edital de citação

O doutor Oswaldo Arêas Horn juiz de direito da 1ª Vara da comarca de

Itajaí, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber a todos quantos este edital virem ou dêle conhecimento tiverem que por este meio, cita, Norma Grunenauer, residindo atualmente em lugar incerto e não sabido, para os fins constantes na petição e despachos, que vão abaixo transcritos: Exmo. sr. dr. Juiz de direito da comarca: Caçilda Fabeni, brasileira, solteira, doméstica, residente nesta cidade, por seu assistente judiciário assinado, vem, pela presente, na qualidade de mãe da menor Ambar Maria Fabeni, expor para, afinal, requerer a v. excia. o seguinte: 1º — Que viveu em concubinato durante seis (6) anos, com Gunnar Miles Pyewell, falecido a 8 de agosto de 1952 (doc. 2). 2º — Que desta união resultou o nascimento da menor Ambar Maria Fabeni, registrada no Cartório do Registro Civil da sede desta comarca, como se vê do incluso termo de nascimento n. 18.265, fls. 78, do livro 71 (doc. 3). 3º — Que a petiçãoária sempre permaneceu fiel ao seu companheiro, Gunnar. 4º — Que sendo a suplicante solteira e também o seu companheiro Gunnar, na época do concubinato, a investigação de paternidade é permitida (Cód. Civil, art. 363, n. I). 5º — A petiçãoária, para demonstrar, ainda, a verdade o alegação protesta por todo o gênero de provas admitidas em direito, principalmente, pela inquirição de testemunhas, juntada de documentos e etc. A vista do exposto. 6º — Vem propor a presente ação ordinária de investigação de paternidade contra os herdeiros incertos do falecido pai da menor Ambar Maria Fabeni, pedindo a citação deste por edital, bem como do Representante do Ministério Público pena de revelia, para o fim de ser declarado, por sentença, o reconhecimento da filiação, nos termos do art. 363, n. I e II, do Código Civil, para todos os efeitos de direito. Termos em que, P. deferimento. Itajaí, 8 de junho de 1956. (Ass.) Osmar de Souza Nunes, assistente-judiciário. Nesta petição foi proferido o seguinte despacho: R. Hoje A; citem-se, por editais, com o prazo de trinta dias, por três vezes no "Diário da Justiça", os herdeiros incertos e, por mandado, o dr. Promotor Público. Em, 14-7-56. (Ass.) Arêas Horn. Despacho de fls. Esclareça a requerente porque não promoveu a citação de Norma Grunenauer com quem era casada o investigado, conforme se vê da certidão de óbito de fls. 7, sendo portanto interessada certa no feito. Cumpra esclarecer também que quem deve figurar como autora na presente ação é a menor Ambar Maria Fabeni e não sua mãe Caçilda Fabeni, que é apenas a representante legal da primeira. Intime-se. Em, 30-4-57. (Ass.) David A. Camargo, juiz de direito. Parecer de fls.: MM. Juiz, A.A., no cabeçalho da inicial de fls. esclareceu devidamente que propunha a ação, em nome de sua filha Ambar Maria Fabeni, menor. Tendo em vista o despacho de fls., requer-se a citação, por edital, de Norma Grunenauer, atualmente em lugar incerto e não sabido. 14-5-57. (Ass.) Dalmo Vieira. Despacho de fls.: Expeça-se edital de citação, na forma requerida. Em, 15/5/57. (ass.) David A. Camargo, juiz de direito. Dado e passado nesta cidade de Itajaí, aos 22 dias do mês de maio de 1957. Eu, Hélio Mário Guerreiro, escrivão, o fiz dactilografar e subscreevo. (Ass.) Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito. Confere com o original afixado no lugar de costume. Eu, Hélio Mário Guerreiro, escrivão, o fiz dactilografar e subscreevo. Hélio Mário Guerreiro, escrivão.

(5280)

JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ITAJAI

Edital de citação

O doutor David Amaral Camargo, juiz de direito da 2ª Vara da comarca de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber a todos quanto este edital virem ou dêle conhecimento tiverem que por parte de Bento Frutuoso Soares, por intermédio de seu assistente judiciário dr. Wladimir d'Ivanenko, foi dirigida a este Juízo a petição do teor seguinte: Exmo. sr. Juiz de direito da 1ª Vara da comarca de Itajaí: Diz Bento Frutuoso Soares, brasileiro, casado, lavrador, residente no lugar Salto, distrito de Luiz Alves, bem como sua mulher, por seu assistente judiciário infra-assinado, que desejam propor uma ação de usucapião, com fundamento no art. 550 do Código Civil e segundo a formula estatuida pelos arts. 454 e seguintes do Cód. Proc. Civil, razão porque com o devido acatamento, vêm ante v. excia., expor e finalmente requerer o seguinte: 1º — Os suplicantes possuem há mais de 20 anos, mansa, pacífica e ininterruptamente, sem embargos de espécie alguma e com "animus domini", um terreno no lugar onde residem (lei 2.437, de 7/2/55), 2º — Que o terreno em apreço tem as seguintes confrontações e dimensões: frente, ao norte, em terras de Valentin Hess, onde mede 45,10 ms. (20,5 braças); fundos ao sul, em terras de Pedro Telêncio, onde mede os mesmos 45,10 ms. (20,5 braças); extrema, ao oeste, em terras de Alberto Soares da Silva, medindo 1.100,00 ms; extrema, ao leste em terras do próprio requerente, medindo os mesmos 1.100,00 ms. (500 braças). 3º — Sobre dito terreno o suplicante possui, pastos, cercas, plantações domésticas etc. Nestas condições, requerem a v. excia. se digne de determinar, sejam designados dia, local e hora para se proceder à justificação prévia, cientificando-se desde logo o dr. representante do Ministério Público e ouvidos as testemunhas abaixo arroladas as quais comparecerão independentemente de notificação. Requerem ainda que justificada a posse e julgada por sentença a justificação sejam citados os confrontantes do imóvel, o dr. promotor público da comarca e, por edital de trinta dias os interessados incertos, todos para contestarem a ação no prazo legal, dispensando-se a citação do Domínio da União, em face a jurisprudência do S. T. F., declarando-se, por fim, satisfeitas as formalidades legais, o domínio dos suplicantes, servindo a respetável sentença de título para a transcrição no registro de imóveis. Protestam provar o alegado por depoimento testemunhal, vistorias, perícias, juntada de documentos e demais provas em direito admitidas. Para os efeitos de alçada, dá-se à presente o valor de Cr\$ 2.100,00. Rol de testemunhas: 1º) Bruno Bruner; 2º) Francisco Gieser. Termos em que, P. E. deferimento. (Ass.) Wladimir d'Ivanenko, assistente-judiciário. Nesta petição foi proferido o seguinte despacho: R. Hoje. A., designe o sr. escrivão dia e hora para a justificação, feitas as intimações necessárias. Em 21-2-57. Ass.) Arêas Horn. Proferida a justificação, foi a seguir julgada por sentença do teor seguinte: Vistos, etc. Julgo, por sentença, a justificação prévia de fls., em que é justificante Bento Frutuoso Soares, a fim de que produza os seus devidos e legais efeitos. Para contestarem o pedido, querendo, no prazo de dez dias, citem-se, por mandado, os confrontantes indicados, na inicial e o órgão do Ministério Público, bem como, por edital, com o prazo de trinta dias, publicado três vezes na imprensa local e uma vez no "Diário da Justiça", os interessados incertos. Custas final. P. R. I. Itajaí, 30 de abril de 1957. (Ass.) David Amaral Camargo, juiz de direito da 2ª Vara, em exercício na 1ª. Dado e passado nesta cidade de Itajaí, aos 16 dias do mês de maio de 1957. Eu, (ass.) Hélio Mário Guerreiro, escrivão, o fiz dactilografar e subscreevo. (Ass.) David Amaral Camargo, juiz de direito da 2ª Vara. Confere com o original afixado no lugar de costume. Eu, Hélio Mário Guerreiro, escrivão, o fiz dactilografar e subscreevo. Hélio Mário Guerreiro, escrivão.

(5.276)

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XI

Florianópolis, 5 de julho de 1957

NÚMERO 286

TERCEIRA LEGISLATURA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA

MESA

PRESIDENTE

PAULO KONDER BORNHAUSEN

1º VICE-PRESIDENTE
CLODORICO MOREIRA

2º VICE-PRESIDENTE
LIVADARIO NOBREGA

1º SECRETARIO

VOLNEY COLAÇO DE OLIVEIRA

2º SECRETARIO

ESTANISLAU ROMANOWSKI

SUPLENTE

MARIO OLINGER

JOAO CARUSO MAC DONALD

LIDER DO GOVERNO

LAERTE RAMOS VIEIRA

LIDERES PARTIDARIOS

U. D. N.

Lider: Geraldo Mariano Günther.
Vice-lider: Romeu Sebastião Neves.

P. S. D.

Lider: Lenor Vargas Ferreira.
Vice-lider: Antônio Gomes de Almeida.

P. T. B.

Lider: Olívia Pedra de Caldas.
Vice-lider: Braz Joaquim Alves.

P. R. P.

Lider: Livadário Nobrega.

P. S. F.

Lider: Enory Teixeira Pinto.

P. D. C.

Lider: José Henrique Ramos da Luz.

LEI N. 285, DE 24 DE JUNHO DE 1957

O deputado Ruy Hülse, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de conformidade com o inciso II, do art. 22, da Constituição do Estado, faz saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio Geral celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Estado de Santa Catarina, para aplicação de recursos do F. N. E. M., referentes ao exercício de 1955, cujo teor é o seguinte: "O Ministério da Educação e Cultura, neste ato representado pelo Ministro Clovis Salgado e o Governador do Estado de Santa Catarina, dr. Jorge Lacerda, firmam nos termos do art. 55, do decreto n. 37.494, de 14/6/1955, com a nova redação dada pelo decreto n. 39.080, de 30/4/1956, o presente Convênio Geral para aplicação de recursos do F. N. E. M., destinados aos estabelecimentos oficiais de ensino do Estado de Santa Catarina.

CLAUSULA I

A quota de recursos do F. N. E. M. para o presente plano, será de Cr\$ 1.466.000,00 (um milhão quatrocentos e sessenta e seis mil cruzeiros) e a contribuição do Governo Estadual é de Cr\$ 488.666,70 (quatrocentos e oitenta e oito mil e seiscentos

e sessenta e seis cruzeiros e setenta centavos), equivalente a 25% ou 1/4 do mesmo, de acordo com o art. 60, do decreto supra mencionado. O montante geral dos recursos acima indicados somando o total de Cr\$ 1.954.666,70 (um milhão novecentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos e sessenta e seis cruzeiros e setenta centavos) será destinado à construção de um pavilhão do Ginásio Estadual localizado na cidade de Florianópolis.

CLAUSULA II

A aplicação dos recursos distribuídos na cláusula 1ª, será objeto de Convênio Especial, entre a Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina.

Do Convênio Especial, além das especificações pertinentes ao projeto de obras, condições do respectivo estabelecimento e prestação de contas sobre a aplicação dos recursos, constará, ainda, a modalidade de financiamento do plano de aplicação sobre o qual será, obrigatoriamente, ouvida a Comissão Regional a que estiver jurisdicionado o estabelecimento beneficiado.

CLAUSULA III

O numerário correspondente ao estabelecimento, deverá ser depositado na Agência local do Banco do Brasil S. A. em "Conta Vinculada ao fundo Nacional do Ensino Médio — Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura", depois de cumpridas as exigências e condições nele estipuladas. Efetuado o depósito das duas quotas na forma determinada a conta bancária será movimentada pela autoridade local, indicada no Convênio Especial.

CLAUSULA IV

A contribuição do F. N. E. M. somente será paga depois de ter a entidade beneficiada prestado contas de auxílio, por ventura, recebido anteriormente e terem sido as mesmas aprovadas pela Comissão Assesora do F. N. E. M. — D. E. Sec. ou por órgão competente para esse fim, obedecendo-se, em qualquer hipótese, à circular n. 1, de 14/1/1956, da Secretaria da Presidência da República.

CLAUSULA V

De cada Convênio Especial, constará cláusula referente às exigências e infrações previstas no art. 52, usque ad 53, do decreto supra mencionado. Este Convênio entrará em vigor a partir da presente data.

Rio de Janeiro, de de 1956.

(a.) Clovis Salgado, Ministro da Educação e Cultura.

(a.) Dr. Jorge Lacerda, Governador.

Art. 2º — Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 24 de junho de 1957.

Ruy Hülse, presidente.

LEI N. 286 DE 27 DE JUNHO DE 1957

Aprova lei municipal

O deputado Ruy Hülse, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de conformidade com o inciso X, do art. 22, da Constituição do Estado, faz saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º — Fica aprovada a lei municipal n. 7/57, de 6 de abril de 1957,

da Prefeitura Municipal de Videira, que criou o distrito de Veloso, desmembrado do distrito de Arroio Trinta.

Parágrafo único — O novo distrito terá por sede a atual vila de Veloso.

Art. 2º — O território do distrito terá os seguintes limites:

a) ao norte com o distrito de Hercílioópolis, município de Joaçaba, por uma linha seca e reta, sendo a mesma linha de divisa entre os municípios de Joaçaba e Videira.

b) ao sul e oeste com o distrito de Hercílioópolis, município de Joaçaba, pelo Rio São Bento até a divisa do lote rural 165 com 164, daí pelo travessão 165 à barra do Rio Santo Antônio, com o Arroio em uma volta, confrontando com o lote rural n. 132 (cento e trinta e dois).

c) a este, com o distrito de Arroio Trinta, partindo da barra do Rio Santo Antônio até encontrar o afluente Lageado do Potrilho, onde se encontra a junção das divisas, distrito de Hercílioópolis, início da linha seca e reta referida no item "A" e mais a linha divisória do distrito de Macieira, município de Caçador, com o município de Videira.

Art. 3º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 27 de junho de 1957.

Ruy Hülse, presidente.

LEI N. 287, DE 27 DE JUNHO DE 1957

Aprova Resolução Municipal

O deputado Ruy Hülse, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de conformidade com o inciso X, do art. 22, da Constituição do Estado, faz saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º — Fica aprovada a Resolução n. 3/56, de 10 de agosto de 1956, da Câmara Municipal de Chapecó, que criou o distrito de Itaberaba.

Art. 2º — O distrito criado fica, na forma da Resolução Municipal, com as seguintes confrontações:

partindo da cabeceira do Lageado Tarumã, descendo por este até a sua barra com o Rio Chapecó; subindo por este até encontrar a barra do Lageado Santo Antônio do Pinhal, subindo por este até sua cabeceira, encontrando a divisa de Quilombo;

segundo por esta em linha seca, rumo oeste, até encontrar o rio Barro Branco e por este abaixo até sua foz com o Rio Chapecó; descendo pelo Rio Chapecó até a foz do Lageado Cambucica; da foz deste seguindo rumo sul, pelas divisas da Fazenda Taquara com a ex-concessão Vargas até encontrar as divisas das terras pertencentes ao Banco do Rio Grande do Sul com a ex-concessão Vargas;

segundo por este rumo sul e este, até encontrar a divisa com a Fazenda Fachinal do Tigre e deste ponto, seguindo em linha reta até a cabeceira do Lageado Taquara; da cabeceira deste, seguindo em linha reta até a cabeceira do Lageado Pinheiro e deste ponto, seguindo em linha reta até encontrar a cabeceira do Lageado Tarumã, ponto de partida.

Art. 3º — A sede do distrito criado por esta lei, será na localidade atualmente denominada "Sede Patussi", que passará a denominar-se Itaberaba.

Art. 4º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 27 de junho de 1957.

Ruy Hülse, presidente.

LEI N. 288, DE 27 DE JUNHO DE 1957

Aprova resolução municipal

O deputado Ruy Hülse, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de conformidade com o inciso X, art. 22, da Constituição do Estado, faz saber a todos os habitantes que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º — Fica aprovado a Resolução n. 2/56, da Câmara Municipal de Palmitos, que criou o distrito de Caibi, com sede na localidade do mesmo nome.

Art. 2º — O distrito de Caibi, desmembrado do distrito da sede, terá as seguintes divisas: a oeste, rumo ao norte, partindo da barra do Lageado Iracema com o Rio Uruguay, este mesmo Lageado acima até a barra de Sanga Candeia, por esta acima rumo leste, até encontrar a linha divisória entre os lotes números 135 e 134, da Seção Pindó, estes abaixo até a barra do arroio Potyguar e por este acima até o Travessão dos lotes coloniais números 55 e 67 da Seção Sertão. Por esta linha seca na direção sul até encontrar os marcos números 24 e 23, na margem direita do Lageado Maracujá e depois no outro lado o marco número 16, seguindo este Travessão na direção leste até o Lageado Sertão, por este abaixo até a linha divisória dos lotes coloniais números 146 e 147, da Seção Sertão e por esta até os marcos números 240 e 239, da Seção São Domingos. Seguindo por esta linha divisória entre as Seções Sertão e São Domingos, na direção sul, até a Sanga da Divisa, daí pela linha divisória do lote n. 158, da Seção São Domingos e n. 170 da Seção Sertão até encontrar uma Sanga sem nome e por esta abaixo até a confluência do Lageado São Domingos, seguindo por este até o Rio Uruguay e por este abaixo até a barra do Lageado Iracema, ponto de partida.

Art. 3º — Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 27 de junho de 1957.

Ruy Hülse, presidente.

EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 6/57

Onde se lê "RESOLUÇÃO" deverá constar "LEI". O art. 2º, deverá ter a seguinte redação:

"Fica o Poder Executivo autorizado a abrir por conta das anulações constantes do art. 1º, da presente lei o crédito Cr\$ 260.000,00, automóveis. Sala das Sessões, em 26 de junho de 1957.

(aa.) Laerte Ramos Vieira.

Volney Colaço de Oliveira, 1º secretário.

RESOLUÇÃO N. 24/57

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina promulga a seguinte resolução:

Artigo único — Fica concedida, de

acôrdo com o inciso II, do art. 6º, do Regimento Interno. licença por noventa (90) dias, a contar de 7 do corrente. ao senhor deputado Francisco Evaristo Canziani, representante da União Democrática Nacional.

Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 7 de junho de 1957.

Ruy Hülse, presidente.
Volney Colaço de Oliveira, 1º secretário.

Estanislau Romanowski, 2º secretário.

RESOLUÇÃO N. 25/57

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, tendo em vista a licença concedida ao senhor deputado Francisco Evaristo Canziani, por noventa (90) dias, a contar de 7 do corrente.

RESOLVE:

Convocar:

O suplente diplomado de deputado estadual, senhor Ulisses Marcílio Longo, a quem será dado conhecimento para os devidos fins.

Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 7 de junho de 1957.

Ruy Hülse, presidente.
Volney Colaço de Oliveira, 1º secretário.

Estanislau Romanowski, 2º secretário.

RESOLUÇÃO N. 26/57

Institui o prêmio "Jerônimo Francisco Coelho", de reportagens sobre a Assembléia Legislativa.

Art. 1º — Fica instituído o "Prêmio Jerônimo Francisco Coelho" de reportagens sobre a Assembléia Legislativa, anual, a ser conferido ao jornalista e ao radialista, profissionais e sindicalizados, em exercício nos órgãos da imprensa, diários ou periódicos, e da rádio — difusão, deste Estado, autor de reportagens com as seguintes características:

I — resenha e crítica sobre os trabalhos legislativos e a atuação dos parlamentares, no decurso do ano legislativo, de 10 de abril a 15 de novembro;

II — estilo ágil e sem ofensas ao Poder Legislativo e seus membros, assim consideradas as referências inverídicas ou vazadas em forma agressiva e com sentido pejorativo;

III — ocupando um quarto de página, no mínimo, ou vinte minutos consecutivos de irradiação;

IV — assinada pelo respectivo autor;

V — Contendo os dados estatísticos sobre o movimento legislativo de cada sessão legislativa anual;

VI — com indicação das bancadas a que pertencem os deputados e dos municípios por onde os mesmos foram eleitos, com os respectivos nomes pessoais por extenso e em qualificativos.

Art. 2º — Haverá três prêmios — 1º, 2º e 3º — tanto para as reportagens publicadas como para as radiofonizadas, no valor de:

I — Trinta mil cruzeiros (Cr\$ 30.000,00) para o primeiro colocado em cada categoria;

II — Vinte mil cruzeiros (20.000,00) para o segundo colocado em cada categoria;

III — Dez mil cruzeiros (10.000,00) para o terceiro colocado em cada categoria.

Art. 3º — As reportagens serão publicadas ou irradiadas às expensas dos respectivos autores, sem ônus para a Assembléia Legislativa, somente em órgãos sediados neste Estado.

Parágrafo único — As reportagens serão julgadas por uma comissão, após a publicação ou irradiação, neste caso, à vista do respectivo registro até 31 de dezembro de cada ano.

Art. 4º — A Comissão Julgadora será integrada de cinco (5) membros, assim escolhidos:

I — dois jornalistas credenciados pela diretoria do respectivo sindicato;
II — dois radialistas como representantes da mas antiga e da mais potente estações rádio-difusoras, respectivamente, indicados pelas respectivas direções;

III — um deputado, que será o presidente da Comissão, escolhido pelo plenário da Assembléia Legislativa, até o último dia de sessão ordinária.

§ 1º — A Comissão Julgadora emitirá parecer, dentro de 15 dias, contado do recebimento dos originais, por maioria absoluta de seus membros.

§ 2º — Os originais serão enviados ao presidente da Comissão Julgadora, com ofício, visados por um membro da Mesa da Assembléia Legislativa.

§ 3º — As reportagens serão publicadas, com os respectivos pareceres, no Diário e nos anais da Assembléia Legislativa.

Art. 5º — Aos classificados serão pagos os prêmios após o julgamento, dentro de 30 dias.

Art. 6º — Para ocorrer às despesas resultantes da observância desta Resolução, a Mesa da Assembléia Legislativa consignará, na proposta orçamentária de cada ano, uma verba específica do Poder Legislativo, com a dotação de cento e vinte mil cruzeiros (120.000,00).

Art. 7º — Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 17 de junho de 1957.

Ruy Hülse, presidente.
Volney Colaço de Oliveira, 1º secretário.

Estanislau Romanowski, 2º secretário.

RESOLUÇÃO N. 27/57

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, promulga a seguinte resolução:

Artigo único — Fica concedida, de acôrdo com o inciso II do artigo 6º do Regimento Interno, licença por sessenta (60) dias, a contar de 17 do corrente, ao senhor deputado Lecian Slowinski, representante do Partido Social Democrático.

Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 17 de junho de 1957.

Ruy Hülse, presidente.
Volney Colaço de Oliveira, 1º secretário.

Estanislau Romanowski, 2º secretário.

RESOLUÇÃO N. 28/57

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, tendo em vista a licença concedida ao senhor deputado Lecian Slowinski, por sessenta (60) dias, a contar desta data.

RESOLVE:

Convocar:

O suplente diplomado de deputado estadual, senhor Lauro Locks, a quem será dado conhecimento para os devidos fins.

Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 17 de junho de 1957.

Ruy Hülse, presidente.
Volney Colaço de Oliveira, 1º secretário.

Estanislau Romanowski, 2º secretário.

88ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 1956, AS 14 HORAS

(Continuação do número anterior)

Quando o atual Prefeito conseguiu receber a Prefeitura das mãos de um colega partidário de v. excia., foi apenas, com pequena quantia em caixa e uma dívida de 450 mil cru-

zeiros é as máquinas para os serviços de estradas, verdadeiramente danificadas.

O SR. LENOIR VARGAS FERREIRA — Veja v. excia. que o Prefeito da terra de v. excia. foi ainda mais feliz, porque se a Prefeitura de Jaraguá tinha 25 mil cruzeiros em caixa, tinha ainda uma dívida de Cr\$ 422.829,00.

O sr. Alfredo Chêrem — Eu chego à conclusão de que a intenção do sr. Luiz de Souza não é outra senão atingir realmente o sr. Artur Müller, porquanto provocou esta exposição, que é indefensável.

O sr. Luiz de Souza — Eu apenas defendi os operários da Prefeitura Municipal, que estavam com seus vencimentos atrasados. Quem sabe ler e compreender as coisas, lendo o meu discurso pode verificar que não esqueci nem de leve. O Prefeito Waldemar Grubba. Pedi apenas, que se enviassem os maiores esforços no sentido de que fossem pagos os funcionários em atraso.

Agora, o que se está fazendo é um amplo esforço, no sentido de me intrigar com o sr. Artur Müller. Aliás, esse esforço já foi esboçado pelo sr. deputado Antônio Almeida, que não conseguiu seus objetivos porque dei, sei claro que s. excia. pagava os funcionários do PSD e deixava de pagar aos operários pertencentes à UDN. Citei um caso, que levava a crer que a intenção fosse essa, como era o caso de um membro do diretório da UDN em Jaraguá do Sul.

O SR. LENOIR VARGAS FERREIRA — Estamos tratando do assunto com a necessária elevação e desejamos dar conhecimento à Casa das razões que motivaram esse atraso de vencimentos. É evidente, que sempre há uma coisa de censura, pela maneira como s. excia. vem conduzindo os negócios do município.

As razões pelas quais estão se verificando esse atraso não tem este caráter de ordem político-partidária e, também não, tem a extensão mencionada pelo sr. deputado Luiz de Souza.

Sr. presidente da relação de tomada de contas, feita em 1º de fevereiro, das contas a pagar não empenhadas e das contas de fundos empenhadas e não pagas de restos a pagar, verifica-se, como já dissemos, um total de 1.422.829,00. E, das contas que ficaram por pagar e que foram despesas efetuadas na administração do sr. Artur Müller, contam também, por exemplo, notas promissórias do Ministério da Agricultura referentes a um trator adquirido pelo município e vencíveis algumas em 1955 e que, também, não estavam pagas, o que resultou até num expediente da parte do Prefeito Municipal, sr. Waldemar Grubba, porquanto foi solicitado pelo Ministério da Agricultura para o pagamento deste contrato, que importava em Cr\$ 193.127,00. O atual Prefeito oficiou ao Ministro da Agricultura, comunicando que sabia da existência de um auxílio, pois que, por esse contrato, o Prefeito Municipal, deveria receber determinada importância do Ministério da Agricultura, como já havia recebido o seu antecessor. No entretanto, s. s., não foi feliz, porquanto não existia verba no Orçamento da União, de modo que ficou apenas com o débito e mesmo não sei como ficaria a situação, uma vez que a municipalidade doou à Associação Rural, aquele departamento.

Como s. excia., o sr. presidente, comunica-me que meu tempo acha-se esgotado, solicito a s. excia. a fineza de me considerar inscrito para a Hora de Explicações Pessoais, quando terminarei as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. deputado Orlando Bertoli.

O SR. ORLANDO BERTOLI — Sr. presidente e srs. deputados. Há algum tempo, encaminhei, à Mesa desta Casa, proposição devidamente

fundamentada com respeito à retificação e alargamento da rodovia que liga os municípios de Taió e Rio do Sul, com os demais municípios do Vale do Itajaí que demandam ao pórtio da cidade de Itajaí. Nossa proposição, sr. presidente, advogava como medida de urgência para a solução do nosso problema rodoviário, a retificação do trecho Rio do Sul, Blumenau e Ibirama, já que se assim fosse executada a medida esta viria beneficiar de muito o Vale do Itajaí, como também, resolver o problema que periodicamente afeta o transporte do nosso Estado. Como se sabe, sr. presidente, o trecho de estrada que liga o município de Rio do Sul ao de Blumenau, passando por Indaial, conta com dificuldades já que o transporte pesado, as condições precárias do trecho que passa pela serra de Subida no município de Rio do Sul, tendo em vista a que a topografia do terreno não oferece facilidades para uma estrada ampla e que sirva ao transporte pesado do Vale de Itajaí.

Acho que esta estrada, com os estudos que se fazem necessários, beneficiará a nossa zona se passar por Ibirama.

O sr. Laerte Vieira — V. excia., poderia me informar se não aumentou a distância entre Rio do Sul e Itajaí?

O SR. ORLANDO BERTOLI — A distância se fôr aumentada será mínima...

O sr. Laerte Vieira — Esta estrada faz parte do Plano de Obras e Equipamentos?

O SR. ORLANDO BERTOLI — Perfeitamente. Estou propondo estas medidas às autoridades do Estado por solicitação da Câmara Municipal que acha que o problema será melhor assim solucionado. É uma lembrança que faço ao Poder Executivo do Estado. Faço, tendo em vista, que no futuro, as autoridades executivas pretendam ligar o município de Mafra por uma rodovia que passe por Presidente Getúlio que demanda ao pórtio de Itajaí.

O sr. Laerte Vieira — O escoamento é feito por São Francisco do Sul.

O SR. ORLANDO BERTOLI — Se o plano fôr levado a efeito, isto beneficia de muito aquele município da zona centro norte do Estado, já que encurtaram dezenas de Kms., a distância.

Ainda ontem recebi da Câmara Municipal de Ibirama o seguinte telegrama:

Deputado Orlando Bertoli — A. L. IBIRAMA.

"Câmara vereadores este município, em sessão hoje realizada, unanimidade, votou deliberar solicitar a v. excia. todo empenho sentido retificação estrada Itajaí Rio do Sul por via Ibirama pt

Essa medida que viria beneficiar grandemente esta comuna e rica zona por onde passará, viria igualmente grandes vantagens econômicas para o Estado, não só nos serviços de retificação como no de conservação desviada a enorme serra de Subida, que completamente despovoadas pt

Certo vossência tudo fará atender nosso apelo, vir apresentamos nossas respeitosa saudações.

(a) Amadeu Dutra Júnior, presidente.

Francisco Roedel, vg Hercílio Isolani, vg Hermann Schlup, Roland Scheide, vg Adolpho Fiedler, vg Alfredo Radloff, vg Laudelino Antônio dos Santos, vg Helmut Grsch, vereadores".

E por isso, sr. presidente, havíamos encaminhado proposição, a fim de que, o Secretário de Obras tomasse providências. Assim, sr. presidente, é o seguinte o requerimento que submeto a v. excia:

"Exmo. sr. presidente da Assembléia Legislativa:

(Continua no próximo número)